



**FUNDAÇÃO SÃO PAULO**  
Mantenedora da  
**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
e Mantenedora do  
**Centro Universitário Assunção**

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS

**2020**



**PUC-SP**



**UNIFAI**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A Administração da Fundação São Paulo ("FUNDAÇÃO" ou "FUNDAÇÃO"), fundação de direito privado, filantrópica e de natureza comunitária, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ("PUC-SP") e do Centro Universitário Assunção ("UNIFAI"), orientada, fundamentalmente, pelos princípios da Doutrina e da Moral Católica e comprometida com o Plano Pastoral da Arquidiocese de São Paulo, atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Fundação, elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO SÃO PAULO**

A Fundação São Paulo, ciente da sua responsabilidade para com a Igreja e a Sociedade Brasileira, vem atuando na manutenção da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com zelo e rigor. A partir do ano de 2019 passou a atuar também na manutenção do Centro Universitário Assunção, com o mesmo zelo e rigor aplicados à PUC-SP.

Ao mesmo tempo em que empreende ações administrativo-financeiras, cuida da excelência acadêmica de suas mantidas, em trabalho conjunto com a Reitoria, por ela nomeada, garantindo o trinômio do ensino, da pesquisa e da extensão, característico da vida universitária. Esforça-se para que a PUC-SP e a UNIFAI estejam em constantes diálogos com a Sociedade, sobretudo neste tempo em que desafios múltiplos nos fazem ter que empreender criatividade e probidade.

O reconhecimento público, o respeito e a seriedade dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pela PUC-SP e UNIFAI devem ser mantidos e aperfeiçoados, sempre mais.

**Pandemia mundial (COVID-19)**

O ano de 2020 foi atípico e recheado de dificuldades e restrições de toda ordem. Porém, a Fundação reconhece que foi também uma oportunidade de muito aprendizado, exercício da empatia e da solidariedade.

Nesse contexto, a Fundação São Paulo (FUNDAÇÃO), mantenedora da PUC/SP e do UNIFAI procurou se reinventar, reforçando sua vocação assistencial e filantrópica, mas, acima de tudo, procurou fazer a diferença num cenário povoado de incertezas que a pandemia trouxe a tantas famílias.

Assim, mantendo seu compromisso junto à comunidade universitária a FUNDAÇÃO investiu ao longo do ano de 2020 o valor de R\$15.775.582,00 em projetos e ações sociais e R\$64.957.004,00 em bolsas de estudo (ProUni, FUNDAÇÃO, Mérito Acadêmico e DERDIC). Com a suspensão das aulas, o fechamento dos seus Campi, e por conseguinte dos restaurantes universitários, a FUNDAÇÃO atenta ao prejuízo que a falta dessa alimentação diária poderia causar aos alunos bolsistas, instituiu um programa emergencial que forneceu e entregou gratuitamente 957 cestas básicas mensais, nas quais foram investidos um total de R\$881.174,00.

Além disso, para viabilizar a manutenção do ensino remoto, foi criado um "programa para empréstimo de computadores", bem como a "concessão de pacote de dados" para acesso à internet aos estudantes bolsistas, possibilitando a realização de seus cursos de forma remota. Nesse programa, a FUNDAÇÃO investiu R\$329.259,00 para a locação de equipamentos, que foram emprestados a 346 estudantes, e R\$6.586,00 na compra de pacotes de dados.

Nas atividades de saúde desempenhadas no Hospital Santa Lucinda ao longo de 2020, não é demais lembrar que 86,37% dos atendimentos realizados foram destinados a pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, percentual esse bem acima do que a lei determina a uma Instituição Filantrópica. Isso reforça o importante papel do hospital escola, como referência para a cidade de Sorocaba e região. O HSL faz parte da rede de atendimento a pacientes COVID.

É essencial reconhecer que por trás dos números e dos valores aqui trazidos, existem vidas. Vidas que merecem amparo, que merecem atenção e oportunidades. Em cada uma dessas ações concretizadas fica evidente o laço que se forma entre a Instituição, seus alunos e seus colaboradores e que o cumprimento do papel social da Instituição vai muito além dos limites legais estabelecidos. Porque para fazer filantropia é necessário, dia a dia, se colocar no lugar do outro, experimentando suas dores, validando suas dificuldades e valorizando seus esforços.

A Fundação São Paulo segue, assim, com alegria e determinação, cumprindo a sua (a nossa!) missão, que nesse momento se mostra mais do que institucional, mas também humanitária! No ano de 2020, a FUNDAÇÃO efetuou significativos e relevantes investimentos relacionados a melhorias de infraestrutura, dentre os quais se destacam:

**a) No Edifício Franco Montoro - FUNDAÇÃO**

- Adequação de todos os setores do Edifício Sede FUNDAÇÃO para retomada das atividades presenciais em função das novas necessidades decorrentes da pandemia;
- Adequação da DTI e Contas a Receber, no Campus Monte Alegre;
- Manutenção geral nas instalações elétricas, hidráulicas, prediais e de jardinagem.

**b) No Campus Monte Alegre**

- **Projetos desenvolvidos:** Detalhamentos da revitalização do bosque; Sala de Refeições na área da atual copa da Reitoria; Recepção do Edifício Cardeal Mota; Sala de Reuniões Pró-PDG; Estudo de mobiliário na sala da Reitoria e sala do Pró-Reitor.
- **Adequações físicas:** Manutenção geral nas instalações elétricas, hidráulicas, prediais e de jardinagem; Adequações de setores para retorno ao trabalho presencial em conformidade com o Protocolo de Enfrentamento à COVID-19 da FUNDAÇÃO: (JEC/ Escritório Modelo; Clínica Psicológica; Laboratórios: Fisioterapia (515, 513), Anatomia, Psicologia Experimental, Salas de Artes do Corpo; Laboratórios de informática no ERBM para realização do vestibular; TUCA para evento específico; Entradas Edifício Cardeal Mota e ERBM; Auditório 333; Secretaria de Pós-Graduação; Refeitório (5º andar ERBM); Central de Cópias; Reitoria).

**c) No Campus Santana**

- Adequação da entrada principal e Biblioteca para retomada das atividades presenciais em função das novas necessidades decorrentes da pandemia.

**d) No Campus Marquês de Paranaguá**

- **Projetos desenvolvidos:** Projeto de revitalização da calçada, muro externo, e entrada do campus Marquês de Paranaguá.
- **Ações de infraestrutura:** Manutenção geral nas instalações elétricas, hidráulicas, prediais e de jardinagem; Execução de novo ambulatório no Prédio 01; Pintura da fachada do Prédio 04 e instalação de novo logo; Instalação de nova iluminação para a fachada do Prédio 04 e calçada da Rua Caio Prado; Revitalização da calçada da Rua Caio Prado incluindo: recomposições de trechos danificados do piso, plantios de grama nos canteiros da calçada, pintura de muro externo do campus; Pintura de portão de acesso à veículos da Rua Caio Prado; Plantio de tumbérgias na grade externa do campus na Rua Caio Prado; Adequações de setores para retorno ao trabalho presencial em conformidade com o Protocolo de Enfrentamento à COVID-19 da FUNDAÇÃO: (SAE; Direção de Campus; Biblioteca; Adaptação do setor DTI; Adaptação do Laboratório de Engenharia Civil; Instalação de tapetes sanitizantes nas entradas do campus e dos prédios; Instalação de *dispensers* de álcool em gel, álcool spray e papeléis nos corredores do Prédio 02; Instalação de placas informativas/orientativas na entrada do campus, setores em uso, corredores, bebedouros, sanitários; Instalação de totens de álcool em gel na entrada do campus e no corredor interno do Prédio 02).

**e) COGAE**

- **Projetos desenvolvidos:** Projeto para nova copa de funcionários no 1º andar.
- **Ações de infraestrutura:** Manutenção geral nas instalações elétricas, hidráulicas, prediais e de jardinagem; Expansão do Núcleo de Cobranças - construção de 03 novas salas para advogados; Pintura das grades e portões de acesso ao Edifício Comendador Alexandre Balbo; Adequações de setores para retorno ao trabalho presencial em conformidade com o Protocolo de Enfrentamento à COVID-19 da FUNDAÇÃO: (Núcleo de Cobranças; Vestibular).

**f) No Campus Ipiranga**

- **Ações de infraestrutura:** Manutenção geral nas instalações elétricas, hidráulicas, prediais e de jardinagem; Reforma das rampas de acesso a automóveis; Substituição do portão principal do campus; Reforma da Sala Magna; Adequações de setores para retorno ao trabalho presencial em conformidade com o Protocolo de Enfrentamento à COVID-19 da FUNDAÇÃO: (SAE; Direção de Campus; Biblioteca; Setor de Manutenção).

**g) No campus Vila Mariana**

- **Ações de infraestrutura:** Manutenção geral nas instalações elétricas, hidráulicas, prediais e de jardinagem; Adequações de setores para retorno ao trabalho presencial em conformidade com o Protocolo de Enfrentamento à COVID-19 da FUNDAÇÃO: (Salas de aula e laboratórios dos Bloco 1; Auditório; Capela; Central de Atendimento ao Aluno; Acesso de alunos (bloco 1); Sala dos Professores; Coordenação; Refeitório; Área administrativa).

**h) No campus DERDIC**

- **Adequações físicas:** Reforma e manutenção na cobertura do ginásio; Instalação do piso emborrachado na área do *Playground*; Manutenção geral nas instalações elétricas, hidráulicas, prediais e de jardinagem; Adequações de infraestrutura para retorno ao trabalho e atendimento presencial em conformidade com o Protocolo de Enfrentamento à COVID-19 da FUNDAÇÃO.

**i) No Campus Sorocaba (Edifício sede da Faculdade)**

- **Adequações físicas:** Substituição do revestimento cerâmico do piso nos banheiros do 4º andar; Adequações elétricas (quadro geral do 2º andar) para instalação dos aparelhos de ar condicionado; Instalação de aparelhos de ar condicionado (9 máquinas) no 4º andar; Pintura do 1º andar (áreas administrativas acadêmicas); Manutenção geral nas instalações elétricas, hidráulicas, prediais e de jardinagem; Adequações de setores para retorno ao trabalho e atividades acadêmicas presenciais em conformidade com o Protocolo de Enfrentamento à COVID-19 da FUNDAÇÃO: (Salas de aula e laboratórios dos Bloco 1; Auditórios; Central de Atendimento ao Aluno; Acesso de alunos; Sala dos Professores; Coordenação; Refeitório; Adequação nas salas de aula para uso como consultório médico; Área administrativa).

**j) No Hospital Santa Lucinda**

- **Projetos desenvolvidos:** Projeto para nova área do hospital (Salas de Parto Humanizado Irmã Dulce dos Pobres).
- **Adequações físicas:** Instalação de barreiras físicas nos balcões de atendimento ao público visando à proteção à COVID-19; Pintura interna no andar térreo (quartos e áreas de circulação); Adequação elétrica e de controle de umidade do ar da Sala da Hemodinâmica para atendimento às orientações do fabricante (General Electric); Adequação na área do antigo Day Clinic (3º andar) para transformá-lo em Unidade de Terapia Semi-intensiva; Pintura das salas do Centro de Obstetria (2º andar - Ala Maternidade); Readequação física de salas administrativas para relocação dos seguintes setores: DSAS, Contas Médicas e Sesmt; Manutenção geral nas instalações elétricas, hidráulicas, prediais e de jardinagem.

Devido à redução das atividades presenciais em decorrência da pandemia em curso, houve decréscimo no consumo de água e energia elétrica, conforme segue:

	2020	2019	Varição
Água	1.144.958,16	1.890.561,63	-39,44%
Energia elétrica	2.827.286,13	4.138.086,29	-31,68%



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Em quase todas as unidades mantidas pela Fundação São Paulo, a queda no consumo se deu de forma igualitária, proporcionalmente a seu uso, que foi reduzido devido a pandemia da COVID-19. A queda foi observada partir do mês de março, com alguns aumentos quando da volta reduzida ao trabalho presencial.

Dentre as adequações de infraestrutura visando à prevenção ao COVID-19, incluímos a instalação de sensores de presença para acionamento da iluminação em todos os sanitários do Edifício Sede FUNDASP do campus Monte Alegre, medida que também reduz o consumo já que evita a utilização da iluminação de maneira desnecessária.

Algumas reformas realizadas pela DIPLAD, a partir do ano de 2014, com a intenção de minimizar o consumo de energia elétrica foram executadas, como a substituição de lâmpadas fluorescentes e incandescentes utilizadas no interior dos edifícios por lâmpadas *led*, refletores com lâmpadas de vapor metálico da iluminação externa, por refletores *led*, que além de mais econômicos, são mais potentes, aumentando a segurança no entorno dos *campi*. Atualmente, 70% das lâmpadas já foram substituídas.

Ainda nas instalações elétricas, realizamos adequações em parte dos painéis, já reduzindo perdas por aquecimento excessivo de cabos e componentes elétricos.

Na área de climatização, adotamos um sistema de controle de manutenção, *software*, que nos deu maior controle, atuando de forma mais rápida e eficaz. Equipamentos com problemas, como travamento de compressor que aumenta o consumo energético, são localizados e retirados em pouco tempo. A limpeza regular dos equipamentos também influencia na sua eficiência e é executada de forma mais controlada.

As iniciativas apontadas trouxeram aproximadamente 15% de economia nos últimos anos e a meta é de alcançarmos 30% no término do processo.

A busca da Sabedoria, lema de suas mantidas, deve ser o fim último do saber humano e essa busca passa, necessariamente, pelo reconhecimento da dignidade do ser humano, desde o primeiro momento da sua concepção até o seu fim natural e pela presença de Deus. Que a PUC-SP e a UNIFAI, sempre mais sadias nas estruturas e nas atividades acadêmicas, possam colaborar com a sociedade humana nesta trajetória em busca da Sabedoria.

**Objeto social e missão**

A Fundação São Paulo, pessoa jurídica de direito privado, instituída em 1945, tendo sido seu instituidor o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, então Arcebispo Metropolitano de São Paulo, é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública e filantrópica, tendo caráter educacional, assistencial, cultural e comunitário, dedicando-se à pesquisa científica.

Em 13 de agosto de 1946, constituiu a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), instalada no dia 22 do mesmo mês e ano, da qual é mantenedora, instituição de ensino superior, pesquisa e cultura, atuando nos segmentos de assistência social e filantropia, tendo como objetivos a educação, o amparo, a inserção e a transformação social através de programas e atividades específicas que se coadunam com valores voltados à justiça e à dignidade humana, conforme disposto no artigo 7º de seu Estatuto Social.

Em 02 de janeiro de 2019, o IESP - Instituto Educacional Seminário Paulopolitano, transferiu para Fundação São Paulo a manutenção do Centro Universitário Assunção - UNIFAI. O Centro Universitário Assunção está comprometido com a educação, inspirada nos valores evangélicos e nos princípios de liberdade de expressão. O ensino no UNIFAI, em comunhão com a pesquisa e os serviços prestados à comunidade, tem como meta o aprimoramento qualitativo de seus egressos, dando ênfase ao crescimento pessoal e à capacitação para o aperfeiçoamento contínuo, seja por meio de cursos de pós-graduação *lato sensu* e aperfeiçoamento, seja por meio de grupos de estudo. Como instituição católica, incentiva a formação humanista e a prática pedagógica participativa e dialogada, como forma de melhor entendimento entre professores, alunos e funcionários.

A Fundação São Paulo cumpre sua missão aplicando integralmente os recursos arrecadados em suas finalidades, não remunerando dirigentes e prestando relevantes serviços à sociedade em suas áreas de atuação.

**ESTRUTURA, DESEMPENHO E ATUAÇÃO**

**1. MANTIDAS**

A Fundação São Paulo vem atuando diretamente com as suas mantidas: PUC-SP e UNIFAI, no sentido de adequar a estrutura das Instituições para manutenção e ampliação de seus objetivos, mantendo o equilíbrio e sustentabilidade acadêmica, administrativa e financeira.

Em 2020, considerando os meses com maior quantidade de alunos matriculados, após a inscrição dos alunos inclusive PROUNI, as instituições contavam com 18.693 alunos PUC-SP e 1.045 alunos do UNIFAI, totalizando 19.738 alunos, conforme descrito abaixo:

	PUC-SP	UNIFAI	CONSOLIDADO
Alunos de graduação	11.109	736	11.845
Alunos de pós-graduação ( <i>stricto sensu</i> )	3.113	-	3.113
Alunos de especialização ( <i>lato sensu</i> )	1.922	256	2.178
Alunos de extensão, aperfeiçoamento e aprimoramento	2.549	53	2.602
<b>Total</b>	<b>18.693</b>	<b>1.045</b>	<b>19.738</b>

A estrutura conta ainda com os seguintes quadros de colaboradores ativos:

	PUC-SP (12-2020)	UNIFAI (12-2020)	CONSOLIDADO
Docentes	1.199	60	1.259
Administrativos	851	37	888
Técnicos (Hospital Santa Lucinda)	483	-	483
DERDIC - Administrativos	65	-	65
DERDIC - Docentes	43	-	43
<b>Total</b>	<b>2.641</b>	<b>97</b>	<b>2.738</b>

✓ PUC-SP: seu corpo docente conta com 94,7% de mestres(as) e doutores(as);

✓ UNIFAI: seu corpo docente conta com 93,3% de mestres(as) e doutores(as).

Em dezembro de 2020, o quadro total de docentes por titulação/escolaridade (ativos excluindo a DERDIC) apresentou a seguinte composição:

	PUC-SP (12-2020)	UNIFAI (12-2020)	CONSOLIDADO
Livre-docentes	76	-	76
Doutores(as)	815	25	840
Mestres(as)	245	31	276
Especialistas	52	4	56
Graduados(as)	11	-	11
<b>Total</b>	<b>1.199</b>	<b>60</b>	<b>1.259</b>

As Instituições contavam em 31 dezembro de 2020 com 1.436 colaboradores administrativos e técnicos hospitalares, com a seguinte formação acadêmica:

Quadro Administrativo por Escolaridade/Titulação (funcionários ativos)					
	PUC-SP			UNIFAI ADM.	CONSOLIDADO
	ADM.	HSL TÉCNICOS	DERDIC ADM.		
Fundamental Incompleto	25	3	3	31	34
Fundamental Completo	23	11	2	36	37
Ensino Médio	279	339	18	636	647
Ensino Superior	365	76	24	465	484
Especialização	117	51	9	177	180
Mestrado	36	3	8	47	47
Doutorado	6	-	1	7	7
<b>Total</b>	<b>851</b>	<b>483</b>	<b>65</b>	<b>1.399</b>	<b>1.436</b>

**1.1. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

No decorrer dos últimos anos, a Fundação São Paulo, através de seu Conselho Superior, consolidou o seu estatuto, bem como aprovou a reformulação do estatuto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O novo estatuto da PUC-SP foi aprovado pelo Conselho Superior da FUNDASP em 08 de março de 2019 e pela Congregação Para Educação Católica - Vaticano, em 29 de março de 2019 e a publicação ocorreu em 24 de abril de 2019.

Em 2017, a FUNDASP publicou o Código de Ética e Conduta da Fundação São Paulo, estabelecendo princípios e normas dirigidos a todos os empregados, terceiros, fornecedores, prestadores de serviços e agentes intermediários, bem como a todos aqueles que mantenham vínculo acadêmico com a Fundação São Paulo através de sua mantida. Esse Código previa a criação de um setor independente, responsável em acompanhar e zelar pela probidade, transparência e combate à fraude. Em 2018, foi criado o setor de integridade.

A PUC-SP, em sua estrutura, conta atualmente com seis *campi*, unidades suplementares - Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC) e o Hospital Santa Lucinda (HSL), localizado no município de Sorocaba/SP, bem como com a Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE), entre outras coordenadorias. São cinco *campi* na capital: Monte Alegre - Marquês de Paranaguá - Santana - Ipiranga - Vila Mariana; e um no interior, em Sorocaba/SP.

A pós-graduação *stricto sensu* da PUC-SP conta com 30 Programas de Estudos, vinculados às respectivas Faculdades, de acordo com a área epistemológica do conhecimento. Tem por finalidade a formação de pessoal qualificado para a educação superior e/ou para a atuação no mercado de trabalho, compreendendo quatro possíveis níveis de formação: mestrado acadêmico, mestrado profissional, doutorado e pós-doutorado. A política da pós-graduação é discutida no âmbito da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa, da Comissão de Ensino e Pesquisa e do Conselho Universitário. A Instituição atua também na pós-graduação *lato sensu*, com diversos cursos de especialização, significativamente na área do Direito.

A Instituição, mantendo seu compromisso com a excelência acadêmica, possibilitou a titulação a novos mestres e doutores. Em 2020, foram defendidas 603 dissertações de mestrado acadêmico, 62 de mestrado profissional e 262 teses de doutorado. Foram também apresentadas 952 monografias de especialização.

Todas as condições somadas - missão, histórico, negociações e ações encaminhadas - permitiram que a PUC-SP obtivesse destaques nos principais rankings universitários, que têm influenciado a percepção sobre as Universidades no ensino, na pesquisa e na internacionalização. Em 2020, na divulgação dos rankings universitários, podemos destacar a PUC-SP como a segunda melhor universidade não pública brasileira no ranking mundial da consultoria britânica *Quacquarelli Symonds* (QS). Considerando somente as



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

instituições do Brasil, a PUC-SP aparece entre as dez melhores. No ranking QS América Latina aparece na 59ª posição. A PUC-SP foi destaque na Revista Quero, sendo considerada a Universidade com maior número de alunos em estágio remunerado, bem como na divulgação do Guia da Faculdade Estadão, com 29 cursos estrelados.

Vocacionada a expandir a institucionalização de suas atividades internacionais, a PUC-SP desenvolve programas de cooperação voltados à formação e à pesquisa em diversas áreas de conhecimento, em diferentes níveis acadêmicos e por meio de múltiplas modalidades de intercâmbio. Conta com parceiras de dupla diplomação de graduação e pós-graduação, de mestrado e doutorado e promove intercâmbio de estudantes e mantém programas para a promoção de núcleos de pesquisa. A Universidade mantém convênios em todas as regiões do mundo: são 150 instituições, muitas delas renomadas, em 45 países. A PUC-SP acompanha a mobilidade docente apenas no âmbito dos programas institucionais: Programa TOP Espanha e Programa MARCA (do Ministério da Educação) e Public International Law. Em 2020, foram firmados quatro novos convênios, sendo eles: Banco Santander Brasil S.A.; Programa de Bolsas Santander Universidades 2020 e Programa Bolsas Santander Superamos Juntos (Brasil) e Fundación Scholae Occurrentes e na França, com a Université de Lille (Espanha).

A PUC-SP, por meio de seus diversos cursos, núcleos e atividades alocados em suas dez faculdades, propicia aos que a procuram a qualidade e a capacidade de atender às mais diversas vocações pautadas pela formação e qualificação profissional, humana e social. A Universidade hoje é composta pelas seguintes unidades acadêmicas: Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais; Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde; Faculdade de Educação; Faculdade de Direito; Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia; Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde; Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes; Faculdade de Ciências Sociais, Faculdade de Teologia e a Faculdade de Estudos Interdisciplinares, criada em 2019.

**1.2. Hospital Santa Lucinda**

O Hospital Santa Lucinda (HSL) caracteriza-se como um dos principais centros de atendimento à população de Sorocaba e região. Na região onde está instalado, 48 municípios utilizam o HSL, totalizando mais de 2,5 milhões de habitantes, e desses atendimentos mais de 60% (sessenta por cento) é direcionado à rede de Sistema Único de Saúde (SUS). Entre os serviços de maior destaque, o HSL possui serviço especializado nas áreas: materno-infantil, pediatria, ortopedia, cirurgia do aparelho digestivo, cirurgia cardíaca e hemodinâmica, seguido pelas áreas de clínica médica (UTI Adulto e Neonatal), urologia, ginecologia, vascular, plástica e otorrinolaringologia, esta última conta com um ambulatório completo que atende às demandas pré-cirúrgicas, além de realizar diagnósticos fonoaudiológicos.

Como hospital de ensino, o processo de certificação teve seu início no ano 2004, sob a coordenação do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério da Educação (MEC). Esse processo tem o objetivo de certificar hospitais que desenvolvem, além das tradicionais atividades de atenção à saúde, formação de recursos humanos na área da saúde, além de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para o SUS.

O programa de certificação é regulado pela Portaria Interministerial MEC/MS nº 2.400 de 2 de outubro de 2007. Essa Portaria estabelece os requisitos mínimos que um hospital deve preencher para ser considerado hospital de ensino, a partir de quatro dimensões:

- Atenção à saúde/assistência
- Ensino
- Pesquisa, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia
- Gestão

Em 2020, 60% dos pacientes atendidos pelo HSL corresponderam aos pacientes SUS e 40% pacientes não SUS. Esses pacientes geraram as seguintes demandas:

**HSL em números:**

	12-2020	12-2019
Número de consultas ambulatoriais	<b>35.037</b>	61.695
Número de internações	<b>8.601</b>	11.946
Número de cirurgias	<b>4.406</b>	7.642
Número de partos	<b>3.243</b>	3.218
Número de exames laboratoriais	<b>78.529</b>	97.726
Número de exames complementares e de imagem	<b>19.095</b>	8.183

Desses atendimentos, mais de 86,37% foram realizados através do SUS, privilegiando a população carente da região.

O Hospital possui 120 leitos (incluindo as UTIs), e neste exercício obteve 57,70% de taxa de ocupação geral, sendo a taxa de ocupação SUS de 79,42% (ocupação de leitos exclusivos SUS).

O programa de reestruturação dos hospitais de ensino representa, sem dúvida, um vigoroso indutor na qualificação desses hospitais. No Estado de São Paulo, aproximadamente 50 hospitais possuem essa qualificação, sendo o HSL credenciado como hospital de ensino desde 2005. Sua certificação é validada a cada dois anos e envolve visita de representantes do MS e do MEC, que analisam profundamente o cumprimento das exigências.

O Hospital atua sob gestão municipal desde 2003 e está contratualizado com o município desde dezembro de 2013. O convênio foi renovado com o SUS em abril de 2017, mantendo seu objetivo, que é "Promover a inserção articulada e integral do HSL na rede de serviços do Sistema Único de Saúde, definir seu perfil assistencial e papel institucional, respeitando as necessidades da população e as diretrizes do SUS, norteado pelo POA, o qual detalhará as ações e serviços, ou seja, metas quanti-qualitativas". No ano de 2019 realizamos a primeira discussão do reequilíbrio econômico financeiro do convênio (contratualização), ocasião em que demonstramos ao gestor municipal o déficit causado pelo SUS, especialmente pela área materno-infantil. Nesse período (abril/2019) ajustamos o convênio em que o gestor atendeu parcialmente ao nosso pedido, com o compromisso de que para abril/2020 o valor novamente sofreria correção.

Em 2020, o HSL também se manteve no Programa da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, permitindo seu reconhecimento no Programa Santas Casas Sustentáveis como Hospital Estratégico. Esse reconhecimento permitiu a melhoria na condição geral do hospital, além de fortalecer as relações loco-regionais.

Ao longo do ano, o HSL passou pelas avaliações, entre elas a da Comissão de Avaliação da Contratualização (gestor municipal) e da Comissão de Monitoramento Regional do Programa Santas Casas Sustentáveis (Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo), auditorias internas e externas, as quais só fortaleceram e reafirmaram o compromisso do hospital em garantir à população uma assistência humanizada e de qualidade. Quanto ao cumprimento de metas fomos respaldados pela lei no período de 03/2020 a 12/2020, devido a pandemia. Em 2020, o grupo que discutiu o Planejamento Estratégico ocasião em que foi redefinida a Visão: "Alcançar a excelência dos serviços hospitalares, com qualidade, segurança e humanização, através do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e mantendo rigoroso controle dos custos".

Ao longo de 2020, apesar das dificuldades apresentadas pela crise e pelo pequeno aumento das receitas, o HSL conseguiu evitar que os custos aumentassem além do que já estava previsto pelas correções inflacionárias.

Desde 2010, o HSL atua na captação de recursos por meio da Nota Fiscal Paulista. Com a implantação do grupo de captação, foi possível ampliar os pontos de coletas de cupons fiscais, o que permitiu ao longo deste período um importante aumento dessa receita. Esses recursos são utilizados para a aquisição de equipamentos e nas melhorias na estrutura física do hospital, sempre proporcionando aos pacientes e colaboradores uma melhor condição durante sua permanência no hospital. No entanto, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, através da Resolução SF nº 56, de 31 de agosto de 2009 (Res. SF nº 56/2009), com as alterações introduzidas pela Resolução SF nº 14, de 9 de março de 2017 (Res. SF nº 14/2017) redefiniu o formato de cálculo do crédito que será atribuído aos consumidores ou entidades receptoras e o modo de registro dos referidos cupons, reduzindo os benefícios desse formato de captação. Ao longo de 2019 o Grupo de Captação se dedicou a apresentar aos entes públicos o trabalho realizado pelo HSL e as propostas de melhorias (custeio e investimento) com base nas necessidades apresentadas pelas especialidades, aumentando expressivamente a captação de recursos desse período. Em 2020, muitas das captações realizadas foram revertidas pelo gestor para atendimento da necessidade pandêmica, fazendo com que os recursos não chegassem.

Através do convênio 25.725/2020, o HSL vem desde 16/12/2020, realizando atendimento aos pacientes confirmados ou com suspeita de COVID-19.



**SISTEMA DE MONITORAMENTO DE INDICADORES**

Ano: 2020

Nome do Indicador	Fórmula de Medir												
	MÉDIA DO TOTAL DE SATISFEITO ÓTIMO/BOM x 100												
	TOTAL DE SERVIÇOS												
Satisfação	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	Média anual/20
% SATISFAÇÃO GERAL	99,1%	97,4%	97,6%	100,0%	98,5%	92,4%	97,6%	100,0%	94,0%	100,0%	88,7%	86,8%	96,0%
% INSATISFAÇÃO GERAL	0,9%	2,6%	2,4%	0,0%	1,5%	7,6%	2,4%	0,0%	6,0%	0,0%	11,3%	13,2%	4,0%
META HSL	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	-
CQH - MÉDIA GERAL	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	-



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Como se pode observar, nossos clientes SUS apresentaram uma satisfação geral com a assistência prestada. Este indicador reflete intimamente nosso compromisso de oferecer serviços de qualidade, em sua imensa maioria idênticos aqueles proporcionados aos pacientes conveniados ou particulares, com pequena diferença apenas na hotelaria, mas não na alimentação, limpeza, enxoval, equipamentos, corpo médico e de enfermagem, etc. Este é um diferencial importante do HSL na cidade, no Estado e no País, reconhecido pelos avaliadores dos Ministérios da Educação e da Saúde como ponto forte de nossa Faculdade e seu hospital de ensino, ambos mantidos pela FUNDASP.

Nossa instituição como referência regional garantiu as estruturas operacionais, oferecendo serviços na linha de cuidado nas áreas de ginecologia, obstetrícia, pediatria, medicina intensiva adulta e neonatal, além dos demais serviços cirúrgicos já prestados em nosso hospital.

**1.3. DERDIC - Divisão de educação e reabilitação dos distúrbios da comunicação**  
A DERDIC, Unidade Suplementar da PUC-SP, vinculada academicamente à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (FaCHS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo atua em dois eixos: Saúde e Educação.

O atendimento clínico e os programas educacionais são voltados para uma população de vulnerabilidade socioeconômica e abrangem todas as faixas etárias.

Seus 129 profissionais (103 profissionais da educação e saúde e 26 administrativos) e 14 estagiários oferecem formação educacional e atendimento clínico de excelência a uma clientela majoritariamente de baixa renda, além de produzir pesquisa com padrão internacional e de prestar assessoria às organizações afins.

A DERDIC atendeu no ano de 2020:

- 83 crianças e jovens em educação regular da Educação Infantil e Ensino Regular (fevereiro e março de 2020 de forma presencial e o restante do ano de forma remota).
- 09 adolescentes/jovens e adultos surdos nas Oficinas de Leitura e Escrita. (Foram atendidos em fevereiro e março de 2020. Adiados para 2021 devido a suspensão das atividades presenciais).
- 43 alunos nos Programas de Empregabilidade para Surdos - realizado em modo remoto. Programa de recolocação (28) + Certificação CISCO "It Essentials" (14). (Foram atendidos em fevereiro e março de 2020. Adiados para 2021 devido a suspensão das atividades presenciais).
- 562 alunos em Cursos Livres de Língua Brasileira de Sinais pessoa física.
- 35 alunos no curso livre de Libras para Pais - Acessibilidade.
- 24 alunos nas oficinas de Libras para Pais e Responsáveis de Alunos.
- 55 alunos curso livre de Libras à Secretaria Municipal da Saúde.
- 102 alunos nas oficinas de Libras à Secretaria Municipal da Saúde.

A Clínica de Audição, Voz e Linguagem Prof. Dr. Mauro Spinelli, Centro Audição na Criança - CeAC, foram responsáveis pelos seguintes atendimentos:  
Número total de atendimentos - 14.714, sendo:

- 9.485 atendimentos presenciais realizados na saúde auditiva.
- 4.740 tele atendimentos realizados de junho a dezembro.
- 489 atendimentos realizados pelo Serviço Social em Grupos de Intervenções aos usuários com perda auditiva, familiares e cuidadores voltados aos indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Convênio com a Secretaria da Saúde - Triagem Auditiva Neonatal Universal

- 13.065 triagens Auditiva Neonatal.

Em relação ao número de pacientes:

- 813 pacientes atendidos por tele atendimentos.
- 2.432 pacientes atendidos presencialmente.
- 971 pacientes receberam aparelhos auditivos aparelhos de amplificação sonora (Convênio SUS).

### 1.4. Centro Universitário Assunção - UNIFAI

Em janeiro de 2019, o Centro Universitário Assunção (UNIFAI) passou a ser mantido pela Fundação São Paulo.

Diante às exigências do mundo atual, o UNIFAI propõe-se a realizar, sistematicamente, revisões críticas e criativas do presente, fundamentadas na preservação dos aspectos positivos do passado e das projeções de futuro, tendo como princípios: Autonomia universitária, na forma da lei; A educação humanista; A participação interna; O compromisso social; A associação entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo a participação crítica da comunidade universitária; A participação efetiva no cenário do ensino superior brasileiro.

A UNIFAI, em sua estrutura, conta atualmente com um Centro Universitário, localizado na Rua Afonso Celso, 671/711, Vila Mariana - SP, onde são ofertados cursos de: Graduação, Pós-Graduação *Lato Sensu*, Extensão e Aperfeiçoamento.

**Graduação:** Os cursos de Graduação da UNIFAI conferem diploma de Bacharelado e Licenciatura, aos concluintes. Os cursos superiores de tecnologia conferem diploma de tecnólogo(a), aos concluintes. Em 2020 foram disponibilizados 14 (quatorze) cursos de Graduação: Administração (Bacharelado); Biblioteconomia (Bacharelado); Ciências Contábeis (Bacharelado); Ciências Econômicas (Bacharelado); Direito (Bacharelado); Filosofia (Bacharelado); Filosofia (Licenciatura); História (Licenciatura); Letras - Português (Licenciatura); Pedagogia (Licenciatura); Serviço Social (Bacharelado); Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; Superior de Tecnologia em Gestão Pública; Superior de Tecnologia em Marketing.

**Pós-Graduação lato sensu:** Tem por finalidade possibilitar aos alunos o aprofundamento de estudos feitos na graduação. Os cursos de Pós-Graduação são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores que foram classificados em processo de entrevista, de acordo com o parágrafo 3 Resolução nº 1/2007 da CNE/CES. Em 2020 foram disponibilizados 17 (dezesete) cursos: Alfabetização e Letramento;

Arquitetura da Informação: Design de Interação Digital; Direitos Humanos e Cidadania Global; Educação Infantil e Cultura; Filosofia e Pensamento Político Contemporâneos; Gestão de Arquivos e Bibliotecas Escolares; Gestão em Políticas Públicas e Projetos Sociais; História da África - Educação, Cultura e Relações Internacionais; História, Civilização e Pensamento Medieval; História: Arte, Patrimônio e Cultura; MBA Gestão Estratégica de Negócios; MBA Gestão Financeira com Ênfase no Capital Humano e Social; Neurociências, Saúde Mental e Aprendizado; Pedagogia Social com ênfase na Educação Comunitária; Psicomotricidade; Psicopedagogia; Religião e Cultura.

**Extensão e Aperfeiçoamento:** Tem como finalidade complementar os conhecimentos em uma determinada área ou ampliar noções sobre temas relativos ao campo de estudo ou área de atuação do participante. Em 2020 foram disponibilizados 16 (dezesesseis) cursos de Extensão e 2 (dois) cursos de Aperfeiçoamento. Cursos de Extensão disponibilizados em 2020: Construção de Projetos de Pesquisa; Curso básico sobre Pacote Office, Power point, Excel e Word; Cursos de Políticas Públicas, Educação e Espiritualidade; Direito Administrativo I; Direito Administrativo II; Direito Civil IX; Empreendedorismo e Inovação; Executivo de Administração e Negócios; Introdução à Linguagem Cinematográfica; Introdução ao Estudo de Platão: Uma exegese controversa; Mediação e Resolução de Conflitos no Ambiente Escolar; Neurociências Aplicadas ao Aprendizado; Normalização de Citações e Referências no Padrão Vancouver; Prática Jurídica II Laboratório (Processo Tributário); Prática Jurídica V Laboratório (Processo Trabalhista) e Universidade Aberta à Maturidade. Cursos de Aperfeiçoamento ofertados em 2020: Prática supervisionada em Psicomotricidade (NUPEP) e Prática supervisionada em Psicopedagogia (CEOPP).

O UNIFAI, mantendo seu compromisso com a excelência acadêmica, possibilitou a titulação de novos especialistas. Em 2020 foram apresentados 140 trabalhos de conclusão dos cursos (TCC), por meio de artigos científicos elaborados e defendidos pelos alunos, sob a orientação de professores mestres e doutores.

O Centro Universitário Assunção realiza atividades no contexto de responsabilidade social, do atendimento e do oferecimento de serviços à comunidade:

**Ações do UNIFAI na comunidade:** **Cestas básicas:** Ação - montar Cestas Básicas para a comunidade do entorno (Serviço Social); **Doação de Recursos Técnicos:** Ação - doar equipamentos para a montagem e manutenção de Laboratório de Informática dentro da Pastoral do Menor da Paróquia Nsa. da Saúde. **Encaminhamento Social:** Ação - entrevistar famílias em situação de risco social, encaminhando-as aos serviços públicos de atendimento (Serviço Social). **Feira de Profissões:** Ação - preparar feira de profissões, mostrando aos adolescentes as opções de carreiras e o formato dos cursos.

**Ações do UNIFAI na área de cultura:** **Ações Culturais fora do campus:** Ação - divulgação de palestras, workshop e outros eventos com a participação de professores do UNIFAI. **Cinema & Debate:** Ação - Apresentação de filmes para a comunidade acadêmica e convidados, seguida de debates (História, Direito, Filosofia e outros cursos). **Sebo Cultural:** Ação - realizar feiras para a troca de livros (Filosofia).

**Ações de responsabilidade social com os alunos:** **Atividades Complementares:** Ação - propor aos alunos atividades comunitárias, como Atividades Complementares (vários cursos). **Feira de Recrutamento e Carreira:** Ação - promover anualmente o encontro entre o corpo discente e as empresas de recrutamento, para atualizar os alunos sobre as demandas do mercado e estreitar o relacionamento do UNIFAI com as entidades da área, facilitando o acesso dos alunos às novas oportunidades de colocação profissional. **Grupos de estudo:**

Os "grupos de estudo" são parte do Projeto de Extensão do UNIFAI e dirigem-se aos alunos e convidados interessados no aprimoramento dos estudos e da pesquisa durante a graduação com vistas a realização tanto do trabalho de conclusão de curso, quanto ao ingresso na pós-graduação. Atualmente esses grupos têm como foco os fenômenos sociais que interferem na vida comum, do qual se depreende três eixos temáticos, a saber, (a) religião & sociedade, (b) educação & sociedade e (c) política & sociedade.

## 2. DESEMPENHO OPERACIONAL NO ÚLTIMO TRIÊNIO (2020/2019/2018)

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receita operacional bruta</b>			
Mensalidades, taxas e inscrições	532.331	528.719	520.950
Cursos extracurriculares	33.908	40.262	33.953
Assistência médico-hospitalar	50.936	56.086	53.083
Subvenções e doações	2.772	2.344	2.400
Outras receitas	13.006	17.528	17.855
	<b>632.953</b>	<b>644.939</b>	<b>628.241</b>
<b>Deduções</b>			
Bolsas de estudo filantrópicas	(64.076)	(69.458)	(75.333)
Bolsas de estudo (sociais)	(64.337)	(66.357)	(61.761)
Abatimentos concedidos sobre mensalidades	(384)	(1.479)	(1.619)
	<b>(128.797)</b>	<b>(137.294)</b>	<b>(138.713)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>504.156</b>	<b>507.645</b>	<b>489.528</b>
Custos diretos e indiretos com atividades educacionais	(224.054)	(231.570)	(212.696)
Custos diretos com atividades hospitalares	(34.566)	(35.868)	(36.452)
Custos com mercadorias vendidas	(217)	(530)	(602)
<b>Custo do serviço prestado</b>	<b>(258.837)</b>	<b>(267.968)</b>	<b>(249.750)</b>
<b>Superávit bruto</b>	<b>245.319</b>	<b>239.677</b>	<b>239.778</b>



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
<b>Despesas operacionais</b>			
Salários, férias e encargos sociais	(119.251)	(125.053)	(120.977)
Despesas com serviços de terceiros	(32.114)	(36.909)	(31.644)
Administrativas e gerais	(18.074)	(24.046)	(26.456)
Pesquisas e desenvolvimento científico	(1.525)	(2.377)	(1.824)
<b>Total despesas operacionais</b>	<b>(170.964)</b>	<b>(188.385)</b>	<b>(180.901)</b>
<b>Result. operacional antes indenizações, dev. duvidosos, depreciação e resultado financeiro</b>	<b>74.355</b>	<b>51.292</b>	<b>58.877</b>
Reconhecimento compra vantajosa (Prédios UNIFAI)	-	32.500	-
Agio na venda do Certificado de Potencial Adicional Construção	-	-	8.517
Aviso prévio e indenizações	(5.424)	(2.628)	(5.358)
Depreciações e amortizações	(11.557)	(12.052)	(9.404)
Resultado financeiro líquido	(30.029)	(30.731)	(25.692)
Despesas com devedores duvidosos e processos judiciais	(10.939)	(5.173)	(10.121)
Outras (receitas/despesas) operacionais	1.470	(2.469)	18.967
<b>Resultado do exercício</b>	<b>17.876</b>	<b>30.739</b>	<b>35.786</b>

Conforme demonstrado no quadro acima, e com base nas informações das demonstrações financeiras, em 2020 a Fundação manteve a geração de superávit líquido e continua gerando resultados operacionais positivos, possibilitando a continuidade da amortização de dívidas contraídas em períodos anteriores. A Instituição entende que a manutenção desse patamar de resultado operacional aponta para constante planejamento e eficaz administração para enfrentar o futuro, capazes de manter e consolidar o bom desempenho na educação superior que se apresenta cada vez mais competitiva.

A receita líquida operacional de 2020 foi de R\$504,156 milhões e apresenta uma retração de -0,67% quando comparada com o período imediatamente anterior. Alcançou um resultado operacional de R\$74,3 milhões (R\$51,2 milhões em 2019), apesar da diminuição na captação de receitas, as ações da administração adequando os custos e despesas operacionais, teve reflexo direto no resultado operacional, que demonstra a manutenção da busca pela sustentabilidade econômica e financeira da Fundação.

Para mantermos os níveis de resultado operacional, em volume suficiente para manutenção das atividades, amortização da dívida, investimentos e, principalmente, a continuidade do processo de sustentabilidade, é necessária a manutenção das medidas de controles financeiro e operacional já tomadas.

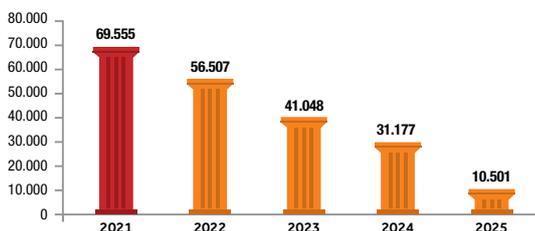
No âmbito operacional, a Instituição continuará a implementação das medidas de adequação da estrutura operacional e de custos ao atual volume de matrículas, compatibilizando-as através das premissas contidas no orçamento para o ano de 2021.

A Fundação manterá em 2021 os procedimentos iniciados em anos anteriores que visem à obtenção de êxito em negociações complexas de passivos contingentes, especialmente aqueles registrados para causas trabalhistas.

No último triênio, a Instituição atingiu resultado líquido Superavitário, fato este que evidencia que a Fundação manteve o foco em seu controle orçamentário, demonstrando a eficácia em seus controles econômicos e financeiros.

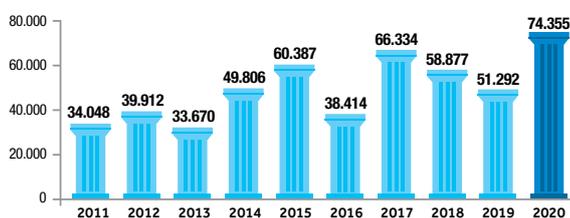
O gráfico a seguir apresenta os montantes vencidos da dívida bancária ao final do exercício de 2020:

**Endividamento Bancário**



A manutenção do resultado operacional em níveis positivos permite à Instituição honrar compromissos assumidos e ainda arcar com o pagamento dos encargos financeiros dessa dívida. A seguir, demonstramos os resultados operacionais gerados pela Fundação nos últimos 10 anos:

**Resultado Operacional antes Indenizações ACLD, Depreciação e Resultado Financeiro**



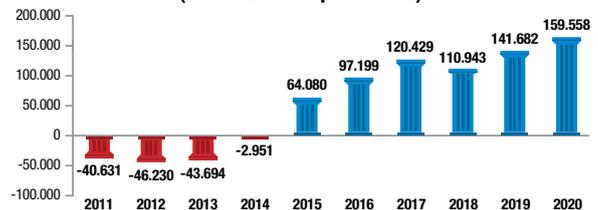
Estes resultados contribuem para que a Fundação consiga honrar seus compromissos com os credores, bem como investir em melhorias de infraestrutura de seus campi.

A efetivação e o monitoramento do planejamento estratégico organizacional e a busca de medidas que possibilitem o melhor controle dos gastos (investimentos, custos e demais despesas) no médio e longo prazo promove a continuidade dos resultados operacionais e líquidos positivos.

A evolução do patrimônio líquido indica que no ano de 2020 a Fundação manteve um acréscimo patrimonial decorrente novamente de resultado líquido positivo. Assim, manteve a consolidação da reversão da situação de passivo a descoberto. Destaca-se que essa reversão é oriunda de grandes esforços dispendidos pela Administração no tocante a melhorias em seus processos de gestão, no monitoramento e no controle que aperfeiçoem a utilização dos recursos (humanos, tecnológicos e materiais) sem perder a sua excelência e qualidade. Por fim, destaca-se também a administração de seu patrimônio imobiliário.

**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Resultado do Patrimônio Líquido (2018 e 2019 reapresentado)**



**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compatibilizar o trinômio composto pela sustentabilidade econômica, qualidade acadêmica e compromisso social continua sendo o grande desafio que envolve a gestão da Fundação São Paulo.

Os professores da PUC-SP trabalham sob o regime de um contrato diferenciado das outras universidades privadas. Todo professor da PUC-SP dispõe de horas para pesquisa e produção científica, além das aulas, gerando uma condição de trabalho e remuneração maiores que aquelas estabelecidas pelo sindicato da categoria. É este diferencial que faz da Universidade referência nacional e internacional no mundo acadêmico.

A Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Centro Universitário Assunção, conforme preconiza seu estatuto, não tem fins lucrativos e aplica integralmente seu resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, e assume firmemente diretrizes de sustentabilidade, mantendo sua identidade de excelência acadêmica e compromisso social.

Com mais de 75 anos de existência, a Instituição apresenta um passado digno e comprometido com a sociedade brasileira e um futuro promissor caracterizado pelo compromisso social e pela qualidade e excelência acadêmica, conquistadas com a busca contínua da convergência entre interesse, compromisso e virtude, que fazem de suas atividades um fator de desenvolvimento das pessoas, da sociedade e do país, semeando terreno fértil para seu próprio crescimento.

Construir e consolidar, com ética e compromisso, construindo uma civilização do diálogo, do respeito e da paz, são os verbos que pautarão nossos trabalhos.

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Os Diretores da Fundação São Paulo declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes, emitido em 28 de junho de 2021, com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES**

Informamos que a Fundação São Paulo consultou os auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Fundação na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a Ernst & Young Auditores Independentes não prestou outros serviços adicionais para as demonstrações financeiras da Fundação São Paulo.

A Ernst & Young Auditores Independentes declarou que a prestação dos serviços de auditoria foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderia afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

São Paulo, 28 de junho de 2021

**Secretaria Executiva da Fundação São Paulo**  
Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Mantenedora do Centro Universitário Assunção



**BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$)**

	Nota	31/12/2020	31/12/2019 (reapre- sentado)	01/01/2019 (reapre- sentado)		Nota	31/12/2020	31/12/2019 (reapre- sentado)	01/01/2019 (reapre- sentado)
<b>Ativo</b>					<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	90.458	98.570	31.362	Fornecedores		14.881	14.644	12.018
Aplicações financeiras vinculadas	4	7.057	1.578	4.099	Empréstimos e financiamentos	14	69.555	59.309	72.732
Contas a receber de alunos e hospital	5	32.431	38.830	35.067	Salários, férias e encargos sociais a pagar	15	44.606	46.041	43.675
Bolsas restituíveis	6	3.489	4.350	5.467	Tributos parcelados	16	8.047	7.897	7.795
Estoques		2.842	1.857	1.922	Mensalidades antecipadas	17	14.524	14.660	12.670
Adiantamentos a funcionários		1.589	1.602	1.517	Processos judiciais a pagar	18	5.553	6.889	7.025
Despesas antecipadas		976	856	783	Passivo de arrendamento	13	2.800	2.090	-
Créditos de certificado de potencial adicional de construção	8	-	2.000	17.500	Outras contas a pagar	19	4.130	5.224	8.907
Outros ativos	7	9.567	8.450	26.026	<b>Total circulante</b>		<b>164.096</b>	<b>156.754</b>	<b>164.822</b>
<b>Total circulante</b>		<b>148.409</b>	<b>158.093</b>	<b>123.743</b>	<b>Não circulante</b>				
<b>Não Circulante</b>					Empréstimos e financiamentos	14	139.233	166.537	100.392
<b>Realizável a longo prazo</b>					Tributos parcelados	16	121.835	127.024	131.896
Outros ativos financeiros		-	848	1.020	Provisão para riscos judiciais	20	5.334	7.572	8.131
Contas a receber de alunos e hospital	5	1.070	444	1.450	Passivo de arrendamento	13	8.173	9.938	-
Bolsas restituíveis	6	-	9	45	Processos judiciais a pagar	18	11.621	14.832	17.438
Outros ativos	7	221	221	220	<b>Total não circulante</b>		<b>286.196</b>	<b>325.903</b>	<b>257.857</b>
Créditos de certificado de potencial adicional de construção	8	5.695	5.695	7.695	<b>Patrimônio líquido</b>				
Investimentos (Associação Cultural São Paulo)	9	10	-	-	Patrimônio social	21	53.569	53.569	53.569
Outros		19	19	19	Ajuste de avaliação patrimonial	21	111.114	119.975	128.836
		7.015	7.236	10.449	Déficits acumulados		(5.125)	(31.862)	(71.462)
Imobilizado	10	280.163	286.253	290.381	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>159.558</b>	<b>141.682</b>	<b>110.943</b>
Intangível	11	53.264	53.704	2.174					
Propriedades para investimentos	12	111.164	107.361	106.875	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>609.850</b>	<b>624.339</b>	<b>533.622</b>
Direito de uso	13	9.835	11.692	-					
<b>Total não circulante</b>		<b>454.426</b>	<b>459.010</b>	<b>399.430</b>					
<b>Total do ativo</b>		<b>609.850</b>	<b>624.339</b>	<b>533.622</b>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2020	2019
<b>Receita operacional líquida</b>	22	504.156	507.645
<b>Custos diretos educacionais e hospitalares</b>	23	(258.837)	(267.968)
<b>Superávit bruto operacional</b>		<b>245.319</b>	<b>239.677</b>
<b>(Despesas)/receitas operacionais</b>			
Despesas com pessoal	24	(124.675)	(127.681)
Despesas gerais e administrativas	25	(18.074)	(24.046)
Despesas com serviços de terceiros	26	(32.114)	(36.909)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.2 e 6	(9.418)	1.192
Provisão para processos e contingências judiciais	18.1 e 20.1	(1.521)	(6.364)
Depreciações e amortizações	10.2, 12 e 13a	(11.557)	(12.052)
Despesas com pesquisas e desenvolvimento científico		(1.525)	(2.377)
Outras receitas	27	4.266	34.010
Outras despesas	27	(2.796)	(3.980)
		(197.414)	(178.207)
Superávit operacional antes do resultado financeiro		47.905	61.470
Receitas financeiras	28	9.294	10.620
Despesas financeiras	28	(39.323)	(41.351)
Superávit do exercício		17.876	30.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019  
 (Em milhares de reais - R\$)

	2020	2019
Superávit do exercício	17.876	30.739
Realização de avaliação patrimonial	(8.861)	(8.861)
Superávit abrangente total do exercício	9.015	21.878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019  
 (Em milhares de reais - R\$)

	2020	2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Valores recebidos dos clientes	471.105	481.143
Pagamentos de obrigações sociais e trabalhistas	(350.266)	(359.169)
Pagamentos a fornecedores de materiais e serviços e outras contas a pagar	(88.490)	(100.450)
Pagamentos de obrigações, impostos, taxas e tributos	(9.463)	(8.710)
	22.886	12.814
<b>Outros recebimentos (pagamentos)</b>		
Recebimentos de alugueis	3.965	5.064
Recebimentos de subvenções	2.325	1.159
Recebimentos de doações	344	395
Recebimentos de inscrições e concursos	2.349	2.989
Outros recebimentos	4.010	23.609
Despesas bancárias pagas	(1.892)	(2.751)
Pagamentos de processos judiciais	(7.927)	(9.633)
Pagamentos de depósitos judiciais	(379)	(31)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(14.469)	(18.989)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>11.212</b>	<b>14.626</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Compras de imobilizado	(2.091)	(3.092)
Compras de intangível	(122)	-
Resgates de aplicações financeiras	850	(162)
Recebimento na venda de ativo imobilizado	65	61
Juros recebidos	2.898	5.135
Aplicações financeiras vinculadas	-	1.798
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimento</b>	<b>1.600</b>	<b>3.740</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(64.059)	(141.043)
Captação de empréstimos e financiamentos	47.000	193.765
Amortização de arrendamento de imóvel	(3.865)	(3.880)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de financiamento</b>	<b>(20.924)</b>	<b>48.842</b>
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(8.112)</b>	<b>67.208</b>
No início do exercício	98.570	31.362
No final do exercício	90.458	98.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit (déficits) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		53.569	128.836	(33.187)	149.218
Ajuste créditos de certificado de potencial adicional de construção	3.q			(38.275)	(38.275)
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)</b>		53.569	128.836	(71.462)	110.943
Realização de avaliação patrimonial		-	(8.861)	8.861	-
Superávit do exercício		-	-	30.739	30.739
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		53.569	119.975	(31.862)	141.682
Realização de avaliação patrimonial		-	(8.861)	8.861	-
Superávit do exercício		-	-	17.876	17.876
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>53.569</b>	<b>111.114</b>	<b>(5.125)</b>	<b>159.558</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)**

**1. Informações gerais**

**1.1. Contexto operacional**

A Fundação São Paulo ("FUNDASP" ou "Fundação") é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida filantrópica, instituída em 1945, e mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ("PUC-SP" ou "Instituição"), fundada em 13 de agosto de 1946, do Hospital Santa Lucinda (HSL), fundado em 1950, e do Centro Universitário Assunção ("UNIFAI" ou "Instituição"), constituído em julho de 2002. A Fundação cumpre seus objetivos sociais aplicando integralmente no País os recursos financeiros por ela gerados em ensino, pesquisa e assistência social, prestando relevantes serviços à comunidade na qual está inserida, com atuação nas áreas social, da saúde, educação, pesquisa e cultura. Para manter-se como uma fundação sem finalidade de lucro, as seguintes condições devem ser seguidas pela Fundação, as quais estão sendo cumpridas: (a) Não remunerar, por nenhuma forma, os membros do Conselho Superior, do Conselho de Assessoria em Administração e Finanças, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal pelos serviços prestados. (b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais. (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão. (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, assim como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial. (e) Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos.

**Unidade educacional - PUC-SP**

Seus objetivos principais são: • A assistência social desenvolvida por meio de programas de inclusão, desenvolvimento e transformação. • A formação de profissionais técnicos e científicos de nível superior, pós-graduação e extensão universitária, abertos aos valores de cooperação responsável, de justiça e dignidade humana, sensíveis aos problemas do País e às implicações de sua profissão. • Outras atividades de caráter cultural, social, filantrópico e de pesquisa científica. Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se os cursos de graduação, pós-graduação, especialização e extensão universitária, os diversos núcleos de pesquisa, a participação no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas, os programas e projetos sociais e o atendimento clínico e hospitalar. A PUC-SP conta com *campi* universitários, sendo quatro localizados no município de São Paulo: Perdizes, Consolação, Ipiranga e Santana e um no interior: Sorocaba.

**Unidade educacional - Centro Universitário Assunção - UNIFAI**

Seus objetivos principais são: • Comprometimento com a educação, inspirada nos valores evangélicos e nos princípios de liberdade de expressão; • Preparar os futuros profissionais para o exercício da cidadania qualifica-los para o mercado de trabalho; • Aprimoramento qualitativo de seus egressos, dando ênfase ao crescimento pessoal e à capacitação para o aperfeiçoamento contínuo, seja por meio de cursos de pós-graduação lato sensu e aperfeiçoamento, seja por meio de grupos de estudo. • Como instituição católica, incentiva a formação humanista e a prática pedagógica participativa e dialogada, como forma de melhor entendimento entre professores, alunos e funcionários. Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se os cursos de graduação, especialização e extensão universitária. A UNIFAI conta com um Centro Universitário localizado no município de São Paulo.

**Unidade Hospitalar - HSL**

O HSL está localizado na Rua Cláudio Manoel da Costa, nº 57 - Jd. Vergueiro, na cidade de Sorocaba/SP, e foi fundado em 1950, quando o Dr. José Ermírio de Moraes doou uma área pertencente ao Grupo Votorantim para abrigar a Escola de Enfermagem e Faculdade de Medicina de Sorocaba. Em 1977, o HSL passou a fazer parte da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde da PUC-SP, mantida pela Fundação. Atualmente, o HSL possui parceria com o governo municipal de Sorocaba, trabalhando, também, de modo particular e por meio de operadores de planos de saúde.

Decorrente de sua integração com a PUC-SP sediada em Sorocaba, o HSL atua como campo de estágio nas áreas de medicina e enfermagem e possui o mérito de ser o único hospital da cidade a possuir em seu corpo clínico todos os membros do corpo acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde.

**1.2. Transferência de Manutenção - IESP para Fundação São Paulo**

Em 2 de janeiro de 2019, o IESP transferiu para Fundação a manutenção do UNIFAI, atualmente com aproximadamente 1.425 (Hum mil, quatrocentos e vinte e cinco) alunos matriculados nos cursos de graduação, pós-graduação lato sensu e extensão. O quadro

de funcionários é composto por 102 funcionários (41 administrativos e 61 docentes), considerando funcionários ativos e licenciados. O Centro Universitário conta atualmente com os seguintes cursos ativos no cadastro e-MEC: • Graduação - Administração; Biblioteconomia; Ciências Contábeis; Direito; Filosofia (Licenciatura plena); Filosofia; História (Licenciatura plena); Pedagogia (Licenciatura plena); Serviço Social. • Pós-graduação lato sensu - Alfabetização e Letramento; Arquitetura da Informação; Design de Interação Digital; Educação Infantil e Cultura; Direito Tributário; Filosofia e Pensamento Político Contemporâneo; Formação de Docentes para o Ensino Superior; Gestão de Arquivos e Bibliotecas Escolares; Gestão em Políticas Públicas e Projetos Sociais; História da África; Educação, Cultura, e Relações Internacionais; História: Arte, Patrimônio e Cultura; História, Civilização e Pensamento Medieval; MBA Gestão Estratégica de Negócios; Neurociência, Saúde Mental e Aprendizado; Psicomotricidade; Psicopedagogia; Religião e Cultura. • Extensão Universitária - Universidade Aberta à Maturidade.

**1.3. Impostos, contribuições e programas de bolsas (renúncia fiscal)**

**i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

A Fundação, em virtude de ser uma instituição de educação, sem fins lucrativos, e entidade beneficente de assistência social, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, em conformidade com o disposto nos arts. 150, VI, "c", e 195, § 7º, ambos da Constituição Federal, e de acordo com o art. 181 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

**ii) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)**

Conforme previsto no Decreto Federal nº 6.306/2007, artigo 2º, § 3º, as operações realizadas pelas instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que vinculadas às suas finalidades essenciais, não se submetem à incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Para atestar tal situação às instituições financeiras com as quais realiza operações, a Fundação envia-lhes declaração de que é imune, não estando sujeita à incidência desse imposto sobre as referidas operações.

Quanto ao IRRF, a Lei Federal nº 9.532/1997, em seu artigo 12, § 1º, prevê que os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável pelas instituições de educação ou de assistência social não estão abrangidos pela imunidade. Todavia o referido dispositivo, entre outros, foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 1.802/1998, realizado em abril de 2018, ratificando a medida liminar concedida em 1998. O trânsito em julgado da ação foi certificado em 14/05/2018. Com isso, as entidades sem fins lucrativos detêm plena e definitiva segurança jurídica para gozarem de sua imunidade tributária sem a necessidade de atender às indevidas limitações que eram impostas pela Lei nº 9.532/1997. Para atestar tal situação às instituições financeiras com as quais possui as citadas aplicações, a Fundação envia-lhes a Declaração sobre a sua imunidade, por força da suspensão de tais dispositivos legais.

**iii) Programa de Integração Social (PIS)**

A Fundação, por constituir uma instituição de educação e de assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532/1997, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), estaria obrigada ao pagamento de contribuição para o PIS, calculada sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e com o Decreto Federal nº 4.524/2002. Todavia, a Fundação propôs a Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária com Pedido de Antecipação de Tutela nº 2000.61.00.008249-2, na qual foi obtida antecipação de tutela em março de 2000, garantindo o não recolhimento do PIS. No bojo dessa ação, foi ajuizada a Ação Cautelar Incidental nº 2009.03.00.035294-0, em que a Fundação obteve liminar em outubro de 2009, para suspender a exigibilidade do crédito tributário em questão, decisão que permanece vigente.

Em 23 de fevereiro de 2017, o STF concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 566.622, com repercussão geral, que fundamenta o sobrestamento da Ação Declaratória do PIS proposta pela FUNDASP em 2000, acima citada, bem como das quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade relacionadas à matéria. O Tribunal entendeu que os requisitos para a imunidade devem estar previstos em lei complementar, sendo inconstitucional a exigência de requisitos por lei ordinária. Após a oposição de embargos de declaração a Suprema Corte reformulou a tese inicialmente fixada para o tema, prevalecente a tese proposta pela Ministra Rosa Weber nos seguintes termos "a lei complementar é forma exigível para a definição do modo beneficente de atuação das entidades de assistência social contempladas pelo art. 195, § 7º, da CF, especialmente no



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

que se refere à instituição de contrapartidas a serem por elas observadas". O julgamento do STF beneficia a Fundação, pois tem impacto direto e favorável na ação declaratória proposta. Nas ADI's 2028, 2036, 2228 e 2621, ficou definido que aspectos procedimentais referentes à certificação, fiscalização e controle administrativo das entidades beneficiadas de assistência social podem ser veiculados em lei ordinária. Posteriormente, houve movimentação no andamento do processo movido pela FUNDASP, tendo sido determinado que os autos fossem levantados do sobrestamento e remetidos à Turma que proferiu a decisão em segunda instância, para análise e adequação à decisão do STF, o que ainda está em andamento no TRF-3.

iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A Fundação, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, beneficente e de assistência social, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Fundação, de acordo com as Leis nºs 9.718/1998 e 10.833/2003, com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e o Decreto Federal nº 4.524/2002. Além disso, a COFINS está abrangida na imunidade de contribuições para a seguridade social, prevista no art. 195, §7º, da CF, sendo que o CEBAS vigente é documento hábil a comprovar tal imunidade.

v) Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)

A Fundação possui imunidade de ISS e IPTU deferido por parte da Prefeitura do Município de São Paulo até o exercício de 2015, cujos despachos de deferimento foram publicados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. A partir do exercício de 2015, inclusive, a imunidade passou a ser atestada por meio da Declaração de Imunidade Tributária emitida por meio do Sistema de Declaração de Imunidades (SDI), da Prefeitura Municipal de São Paulo/Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, instituída pelo Decreto Municipal nº 56.141/2015 e disciplinada pela Instrução Normativa da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico nº 07/2015. A imunidade de IPTU é auferida por meio do envio de uma declaração específica pelo SDI para cada operação de aquisição de imóvel. A situação de imunidade da Fundação, no que tange aos impostos de competência municipal, é atestada pela Declaração nº 2015-001211/CP01, com vigência de 24 de dezembro de 2015 a 13 de janeiro de 2016, retificada por meio da Declaração nº 2016-00182/CM01, com vigência de 13 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2017. Para 2018, houve renovação, atestada pela Declaração nº 2017-001080/CR01, com vigência de 10 de novembro de 2017 a 31 de dezembro de 2018. Para o ano de 2019 a imunidade foi atestada pela Declaração nº 2019-000380/CR03, retificada pela Declaração nº 2019-001837/CM01.E, para os anos de 2020 e 2021, foram feitas as renovações certificadas por meio das Declarações nºs 2020-000361/CM01 e 2021-000062/CR01, respectivamente.

vi) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

A Fundação, por ser detentora do CEBAS vigente, é imune ao recolhimento da contribuição previdenciária patronal. Em contrapartida, a legislação exige que a Fundação invista 20% (vinte por cento) da receita anual efetivamente recebida em educação (bolsas de estudo), cuja regra se aplica a um bolsista para cada cinco alunos pagantes, conforme determina a Lei nº 12.101/2009, alterada pela Lei nº 12.868/2013. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na Nota Explicativa nº 31.

vii) Benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI)

O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/2004, convertida na Lei Ordinária nº 11.096/2005, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493/2005, com a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos. A gestão do PROUNI cabe ao MEC, com o qual a Fundação firmou Termos de Adesão para cada um dos campi (o de Perdizes fora firmado em novembro de 2004, para vigorar a partir do primeiro semestre de 2005), com prazo de vigência de 10 (dez) anos. Com o término dessa vigência, foram firmados em dezembro de 2014, para início da vigência no 1º semestre de 2015, Termos de Renovação de Adesão para todos os campi, por igual período de 10 (dez) anos, conforme disposto no artigo 5º, § 1º, da Lei Federal nº 11.096/2005. A Fundação utiliza o PROUNI na composição de suas gratuidades para o cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos em bolsas de estudos.

**1.4. Crise sanitária mundial causada pela Covid-19**

O ano de 2020 foi atípico e recheado de dificuldades e restrições de toda ordem. Em razão da pandemia, a Fundação suspendeu as atividades administrativas presenciais, garantindo o trabalho remoto a todos os funcionários administrativos, assim como a gestores, docentes e alunos das Instituições de Ensino Mantidas, preservando a remuneração integral de seus funcionários inclusive disponibilizando equipamentos para acesso remoto aos colaboradores que não dispunham. Na retomada das atividades presenciais, de acordo com as fases previstas no Plano São Paulo, do governo do estado, a Secretaria Executiva da FUNDASP criou grupo de trabalho para a retomada presencial, ancorado nos pilares infraestrutura, legislação e pessoas com a participação de profissionais do Departamento de Infraestrutura e Plano Diretor, da Consultoria Jurídica e da Divisão de Recursos Humanos. Esse trabalho resultou na publicação do Protocolo de Enfrentamento a COVID-19 - Atividades Administrativas e pelo Guia de Saúde - Retorno Presencial das instituições de ensino Mantidas pela FUNDASP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e Centro Universitário Assunção - UNIFAI. Na infraestrutura, foi feita adequação para retomada das atividades presenciais em todos os setores do Edifício-Sede FUNDASP e nos campi das Instituições Mantidas. Foram instalados tapetes sanitizantes nas entradas dos campi e dos prédios, de dispensers de álcool em gel, álcool em spray e de placas informativas/orientativas na entrada do campus, nos corredores, bebedouros e sanitários. A área de tecnologia disponibilizou e implementou recursos tecnológicos para

a execução de atividades de modo remoto. Melhorias nos links de Internet foram realizadas nos diversos campi e unidades, bem como foram implementadas melhorias nas questões de segurança da informação, de modo a garantir a continuidade dos serviços na Instituição, além de diversas atualizações em conteúdo no site da Instituição, criando uma área específica para informações sobre protocolos de combate ao Coronavírus e de resoluções publicadas no momento de pandemia.

a) Mantidas PUC e UNIFAI

A pandemia ocasionada pela COVID-19 evidenciou a necessidade de medidas para o enfrentamento do desemprego, da falta de acesso à saúde, à tecnologia e a equipamentos por uma parte da população. Consciente desse cenário, a FUNDASP concedeu cestas básicas a estudantes bolsistas além da criação do programa para empréstimo de computadores e concessão de pacote de dados para acesso à internet aos estudantes bolsistas para a realização de seus cursos. Nas Instituições Mantidas, foram realizadas adequações nos laboratórios de ensino utilizados pelos cursos que realizam atividades práticas, em auditórios, bibliotecas e refeitório, assim como em setores que realizam atendimentos e ações sociais como Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic, Juizado Especial Cível e Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns, vinculados à PUC-SP. Salas foram montadas com webcam, microfone sem fio, sistema de som, computador e projeção, para que aulas no formato híbrido (aulas presenciais e/ou remotas) pudessem ocorrer, sem prejuízo das atividades acadêmicas. O processo Seletivo - vestibular foi realizado pela plataforma on-line Mercer/Mettl e implementado Provas on-line através da Plataforma Prova Fácil garantido também a realização de matrícula on-line dos estudantes nas Instituições de ensino, inclusive com entrega on-line da documentação. Para a realização das atividades acadêmicas, a Plataforma Office 365, com seus recursos colaborativos como Teams, Pacote Office, Planner, Forms, assim como a ferramenta Zoom e o Stream Yard e a Even3, foram amplamente utilizadas em diversas atividades como aulas, reuniões, encontros, eventos etc. Aulas síncronas e assíncronas foram disponibilizadas nas diversas plataformas, assim como o ambiente Moodle, utilizado com mais de 4.000 salas criadas. Foi também implantado pela área de tecnologia o Sistema VOTO ELETRÔNICO, desenvolvido pelo Ministério Público de São Paulo, para que fosse realizada Consulta à Comunidade para indicar professores ao cargo de Reitor e Vice-Reitor da PUC-SP - quadriênio 2020-2024, cujos nomes foram submetidos à escolha e nomeação do presidente do Conselho Superior da FUNDASP. O processo foi realizado com sucesso, no qual foram mais de 6.000 votos validados e computados, dentre os mais de 15.600 votantes habilitados, o que representou um marco na Instituição e garantiu a sua tradição democrática.

b) HSL - Hospital Santa Lucinda

No Hospital Santa Lucinda, foram realizadas instalação de barreiras físicas nos balcões de atendimento ao público visando proteção à COVID-19, adequações em salas de aula e laboratórios, na central de atendimento ao aluno, na sala de professores e de coordenação e nas áreas administrativas. Devido ao aumento do número de casos de COVID-19 no estado de São Paulo, foi determinada pela FUNDASP a realização de testes sorológicos em massa, abrangendo funcionários do hospital e terceirizados, com coleta realizada pelo laboratório CDC Valinhos e também com 600 testes recebidos da Vigilância Sanitária em parceria com o laboratório HILAB. Em dezembro de 2020 foi firmado convênio entre a Fundasp e a Prefeitura de Sorocaba para a contratação de mais 20 leitos do Hospital Santa Lucinda para atender pacientes com suspeita ou com a confirmação da COVID-19.

c) DERDIC

Os atendimentos na área da saúde continuaram a ser oferecidos pela Divisão de Educação e Distúrbios da Comunicação - DERDIC, unidade voltada ao trabalho com pessoas surdas, ainda que com a capacidade de atendimento reduzida. A administração avaliou potenciais desdobramentos decorrentes da crise atual em suas operações e os possíveis impactos nas demonstrações financeiras da Fundação:

a) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

(i) Provisão para perdas esperadas com créditos - dificuldade de pagamento das mensalidades por perda de renda dos alunos ou de familiares responsáveis financeiros, havendo possibilidade de aumento da provisão para os casos de alunos inadimplentes e evadidos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados impactos relevantes no volume de recebimentos e maior dificuldade na cobrança dos valores em atraso (Nota 5.2 e 6).

(ii) Provisão para contingências - na esfera trabalhista, eventual aumento de ações em função de reclamações. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foi identificado nenhum aumento das ações trabalhistas que indicasse a necessidade de acréscimo da provisão para contingências, (Nota 18.1 e 20.1).

(iii) Impairment de ágio e intangíveis - as projeções realizadas em 31 de dezembro de 2020 não apresentaram evidências de perda do valor recuperável dos ativos.

(iv) Riscos financeiros - aumento das taxas de juros ("spreads") de mercado em função das incertezas futuras no mercado nacional e internacional. Em complemento, visando a proteção da sua capacidade financeira e da sua estrutura de capital, a administração realizou um reforço no caixa da Fundação através da contratação de empréstimos junto a instituições financeiras (Nota 14). A Fundação monitora atentamente as oscilações de mercado ocorridas em função dessas incertezas perante a expectativa de geração de caixa para mitigar os riscos financeiros envolvidos.

**1.5. Situação patrimonial e financeira**

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020, a Fundação, apresenta capital circulante líquido negativo em R\$15.687 (R\$1.339 negativo em 31 de dezembro de 2019) e patrimônio líquido de R\$159.558 (R\$141.682 em 31 de dezembro de 2019). Os planos da Administração para manter o equilíbrio de sua situação patrimonial são:



## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

(i) Expandir a receita pela captação de novos alunos e novos cursos. (ii) Melhorar a retenção dos alunos nos principais cursos. (iii) Corrigir as mensalidades, a fim de estar alinhadas aos índices de atualização dos principais custos da Fundação. (iv) Reduzir as despesas e os custos com pessoal. (v) Analisar a margem de contribuição de cada curso, avaliando, semestralmente, quais cursos devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados. (vi) Manter o parcelamento dos tributos federais pelo Programa de Recuperação Fiscal (REFIS I), que permite a adimplência fiscal por meio do pagamento de uma parcela mensal compatível com a realidade financeira da Fundação. (vii) Intensificar a participação de programas governamentais (bolsas), melhorando o fluxo financeiro de recebimento. (viii) Melhorar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência. (ix) Ofertar novas fontes de financiamento privado estudantil aos alunos que se encontram com dificuldade financeira. (x) Usar a evolução contínua dos processos administrativos financeiros, de forma a agilizar as rotinas internas. (xi) Ampliar o nível de controle dos recursos pertencentes à Fundação. (xii) Manter práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário. (xiii) Renovar e atualizar seus recursos tecnológicos. (xiv) Investir em melhorias de infraestrutura nos diversos campi, bem como no HSL. O conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico-financeiro da Fundação, que visa a eliminar dívidas trabalhistas e reduzir os passivos tributários, bem como reduzir o volume de endividamento bancário. Diversas ações, como as descritas anteriormente, no sentido de manter o equilíbrio econômico-financeiro, vêm sendo tomadas, no contexto da sólida gestão da Fundação, as quais continuarão sendo executadas ao longo de 2021, permitindo um melhor equilíbrio de caixa e, com isso, recuperação da sua capacidade de investimento, possibilitando a continuidade e o aumento dos investimentos na qualificação contínua do seu quadro de colaboradores e instalações físicas. A Administração da Fundação acredita que todas essas medidas trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro de curto, médio e longo prazos.

### 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

#### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros". A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Secretaria executiva em 28 de junho de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Fundação na sua gestão.

#### b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo, as propriedades para investimento e os créditos de certificado de potencial adicional de construção, que também são mensuradas pelo valor justo.

#### c) Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Fundação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Fundação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas, em 31 de dezembro de 2020, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 3(h) - Valor depreciável, que é o custo de um ativo ao longo de sua vida útil estimada de cada componente.
- Nota Explicativa nº 20 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos por demandas fiscais, trabalhistas e cíveis.
- Notas Explicativas nos 5 e 6 - Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e bolsas restituíveis.
- Nota Explicativa nº 8 - Mensuração do valor justo dos créditos de certificado de potencial adicional de construção.
- Nota Explicativa nº 13 - Mensuração do valor justo das propriedades para investimento.

#### i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Fundação requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Fundação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Fundação reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

### 3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### a) Instrumentos financeiros

**Reconhecimento e mensuração inicial:** A Fundação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Fundação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - Instrumento de dívida; ao VJORA - Instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2020, a Fundação não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - Instrumento de dívida ou VJORA - Instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Fundação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJR.

#### Ativos financeiros registrados pelo VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e hospital, bolsas restituíveis, certificado de potencial construtivo a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços.

#### Redução no valor recuperável (*impairment*) - ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

#### Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Fundação tem os seguintes passivos financeiros: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

iii) **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) **Instrumentos financeiros derivativos:** A Fundação não possuía em 31 de dezembro de 2020 e 2019 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de *hedge*.

#### b) Arrendamento

A Fundação adotou inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Fundação, como arrendatário,



**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)**

reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A Fundação aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada a partir de 1º de janeiro de 2019. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

**i) Definição de arrendamento**

Anteriormente, a Fundação determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Fundação agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

**ii) Ativos arrendados**

A Fundação arrenda basicamente os imóveis:

- Rua da Consolação - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da PUC-SP (COGEAE), onde são ofertados cursos de especialização e extensão;
- Rua Voluntários da Pátria, 1653 - Santana, Campus Santana, onde é ofertado o curso de teologia;
- Avenida Nazaré, 993 - Ipiranga, Campus Ipiranga, são ofertados alguns cursos de graduação;
- Rua João Ramalho, 295 - Escritório Modelo "Dom Paulo Evaristo Arns" é uma unidade de Prática da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;
- Rua da Consolação, 881 - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da PUC-SP (COGEAE), onde são ofertados cursos de especialização e extensão. Como arrendatário, a Fundação classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Fundação reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para estes arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

**iii) Políticas contábeis significativas**

A Fundação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Fundação. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes e descontados pela taxa incremental nominal de aproximadamente 12,28% a.a., variando de acordo com o prazo de cada contrato. A Fundação aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Fundação está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

**iv) Impacto nas demonstrações financeiras**

A Fundação apresenta os seguintes ativos de direito de uso e passivos de arrendamento:

	01/01/2019	31/12/2019
<b>Ativo</b>		
Direito de uso	14.467	11.692
Arrendamento de imóveis	14.467	14.467
Depreciação arrendamento de imóveis	-	(2.775)
<b>Total ativo</b>	14.467	11.692
<b>Passivo</b>		
Passivo de arrendamento - curto prazo	3.876	3.873
Juros a apropriar - curto prazo	(1.783)	(1.783)
<b>Arrendamento curto prazo</b>	2.093	2.090
Passivo de arrendamento - longo prazo	19.544	15.668
Juros a apropriar - longo prazo	(7.170)	(5.730)
<b>Arrendamento longo prazo</b>	12.374	9.938
<b>Total do passivo de arrendamento</b>	14.467	12.028

Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Fundação reconheceu despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de arrendamento operacional. Em 2019, a Fundação reconheceu R\$2.775 de depreciação e R\$1.442 de juros destes arrendamentos.

**c) Reconhecimento de receitas e bolsas de estudo concedidas**

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos (Nota Explicativa nº 22).

**a) Prestação de serviços educacionais**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Fundação e quando puder ser mensurada de forma confiável. As receitas com contribuições dos alunos (mensalidades) são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), mensalidades dos cursos de especialização e extensão

universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em concursos e vestibulares.

**b) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)**

As bolsas concedidas foram calculadas com base na totalidade das receitas efetivamente recebidas, incluindo ainda os créditos públicos provenientes do Financiamento Estudantil (FIES), atendendo às determinações da Lei nº 12.101/2009 (com as alterações advindas da Lei nº 12.868/2013), do Decreto Federal nº 2.536/1998 e da Lei nº 11.096/2005, que introduziu o PROUNI, bem como a legislação pertinente à filantropia. Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado e de forma segregada das receitas a que se referem.

**Alteração na legislação do FIES**

Em dezembro de 2014, o MEC definiu as Portarias Normativas nºs 21 e 23, que modificaram principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais, reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para os alunos ingressantes a partir de março de 2015. O principal impacto medido pela Fundação refere-se ao desconto de 5% (cinco por cento) instituído pelo Governo para o repasse do crédito.

**c) Prestação de serviços médicos**

Os procedimentos médicos concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecidos de acordo com o regime de competência. Os procedimentos médicos que se encontram em curso e não podem ser finalizados, até o encerramento das demonstrações financeiras, são avaliados e quantificados, sendo reconhecidos pelo regime de competência, líquidos de descontos, abatimentos e possíveis glosas estimadas.

**d) Receita de juros**

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro, ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

**e) Subvenções e doações**

As receitas oriundas de subvenções e doações são registradas conforme determina a ITG 2002 (entidades sem fins lucrativos), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção.

**f) Mensalidades antecipadas**

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência desse tratamento, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

**d) Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Fundação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

**e) Aplicações financeiras**

Os recursos classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a valores aplicados com vencimento superior a 90 (noventa) dias e que não possuem perspectiva de serem utilizados pela Administração antes dos vencimentos previamente estabelecidos.

**f) Contas a receber**

Apresentadas aos valores de realização, deduzidos do ajuste para créditos de liquidação duvidosa, que é constituído com base na análise dos riscos de perda esperada da realização do contas a receber. As contas a receber são segregadas e compostas pelos segmentos educacional (mensalidades, acordos celebrados com estudantes de mensalidades vencidas e em cobranças judiciais) e hospitalar (procedimentos médicos a receber de convênios ou particulares).

**g) Estoque**

Os estoques referem-se aos medicamentos e materiais médico-hospitalares utilizados na prestação de serviços de saúde no HSL e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel e, em geral, compreende materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e outros produtos relacionados à atividade hospitalar. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

**h) Imobilizado**

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as unidades educacionais e o complexo hospitalar no qual são desenvolvidas as operações da Fundação, os quais são demonstrados pelo valor de custo, deduzidos da depreciação acumulada. Os demais bens estão apresentados ao custo histórico de aquisição, acrescidos dos gastos necessários à entrada em funcionamento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos



**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)**

itens ou das peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos	Taxa de depreciação anual
Edificações	25 a 64 anos	1,56% a 4,0%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10,0%
Móveis e utensílios	10 anos	10,0%
Equipamentos de informática	5 a 8 anos	12,5% a 20,0%
Ferramentas	10 anos	10,0%
Biblioteca	10 anos	10,0%
Instalações	10 anos	10,0%
Benfeitorias em imóveis próprios	25 a 64 anos	1,56% a 4,0%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos	20,0%
Equipamentos hospitalares	5 a 20 anos	5,0% a 20,0%
Veículos em uso	7 anos	14,28%
Enxoval hospitalar	3 anos	33,34%

A vida útil dos ativos é revisada nas datas de encerramento dos exercícios, não tendo ocorrido alterações significativas em relação à vida útil estimada no exercício anterior. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se este valor for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

**i) Intangível - softwares**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de dez anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

**j) Propriedades para investimentos**

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. As variações (ganhos ou perdas) resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidas no resultado do período no qual as mudanças ocorrerem, especificamente em conta destacada no grupo "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas". As avaliações foram efetuadas por especialistas independentes externos. O valor justo das propriedades para investimento não reflete os investimentos futuros em capital fixo que aumentem o valor das propriedades, tampouco os benefícios futuros relacionados derivados desses dispêndios futuros.

**k) Provisões**

**a) Geral**

Provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

**b) Provisões para riscos judiciais**

A Fundação é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos será feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor pode ser feita. (Vide Nota Explicativa nº 3.2.a).

**l) Avaliação do valor recuperável dos ativos**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituído um ajuste do ativo para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Fundação avalia os ativos do imobilizado quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

**m) Redução ao valor recuperável (impairment)**

**Ativos financeiros não derivativos:** A Fundação apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Fundação considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Fundação. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Fundação sobre condições de que a Fundação não consideraria em outras transações, indicações de

que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

**i) Mensuração das perdas com crédito esperadas**

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito da carteira de recebíveis da Fundação. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável.

**ii) Glosas**

É a recusa parcial ou total de uma fatura, por parte da operadora de plano de saúde, por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. Seu registro é realizado no momento em que a Fundação recebe a notificação da operadora do plano de saúde. Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Fundação, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. Esse valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Fundação.

**iii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Fundação são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Durante o exercício de 2020, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros.

**n) Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC)**

Este direito é um título ao portador que pode ser comercializado no chamado "mercado secundário" e atende à premissa de expectativa de geração de benefício econômico para a Fundação. O valor apresentado nas demonstrações financeiras indica a expectativa da Administração da Fundação quanto à sua realização, em conjunto com os esforços de negociação desse título, para o qual, quando efetivamente negociado, prevalecerá o valor de mercado na data de cada negociação.

**o) Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**p) Receitas com trabalhos voluntários**

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar, conforme estabelecido na ITG2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida às despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Fundação realizou reuniões com a participação de seu corpo de diretores e conselheiros, o qual seria equivalente ao valor justo total de R\$0 em 2020 e R\$30 em 2019.

**q) Ajustes retrospectivos decorrentes de retificação de erros**

Em decorrência de determinadas retificações de erros, a Fundação efetuou ajustes retrospectivos. Como consequência, as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019 foram retificadas, conforme previsto na Resolução nº 1.179/09 do Conselho Federal de Contabilidade e Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro (NBC TG 23 (R2)), refletindo os ajustes para fins de comparabilidade entre os exercícios sociais apresentados, a seguir apresentamos conciliação da quantificação dos efeitos sobre as demonstrações financeiras.

Ativo	01/01/2019		31/12/2019	
	Saldos Originais	Saldos Ajustes	Saldos Originais	Saldos Ajustes
<b>Circulante</b>				
Contas a receber por venda de certificado de potencial adicional de construção (i)	17.500		17.500	- 2.000
Demais ativos circulante	106.243	-	106.243	- 156.093
<b>Total circulante</b>	<b>123.743</b>	<b>-</b>	<b>123.743</b>	<b>156.093</b>
<b>Não Circulante</b>				
Créditos de certificado de potencial adicional de construção (i)	45.970	(38.275)	7.695	45.970
Demais ativos não circulante	402.184	-	402.184	- 460.551
<b>Total não circulante</b>	<b>448.154</b>	<b>(38.275)</b>	<b>409.879</b>	<b>(40.275)</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>571.897</b>	<b>(38.275)</b>	<b>533.622</b>	<b>(38.275)</b>



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	01/01/2019		31/12/2019	
	Saldos Originais	Saldos Ajustes	Saldos Originais	Saldos Ajustes
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Passivo circulante	164.822	- 164.822	156.754	- 156.754
<b>Total circulante</b>	164.822	- 164.822	156.754	- 156.754
<b>Não circulante</b>				
Passivo não circulante	257.857	- 257.857	325.903	- 325.903
<b>Total não circulante</b>	257.857	- 257.857	325.903	- 325.903
<b>Patrimônio líquido</b>				
Patrimônio social	53.569	- 53.569	53.569	- 53.569
Ajuste de avaliação patrimonial	128.836	- 128.836	119.975	- 119.975
Superávit (déficits) acumulados	(33.187)	(38.275)	(71.462)	(38.275)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	149.218	(38.275)	110.943	(38.275)
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	571.897	(38.275)	533.622	(38.275)

(i) Em 14 de dezembro de 2018, foi assinado o termo aditivo ao instrumento particular de promessa de cessão e transferência de direitos e obrigações sobre o potencial construtivo de imóvel tombado, localizado à Rua Monte Alegre, nº 984. O valor negociado foi de R\$23.000, por potencial construtivo correspondente à área total de 18.037,50 m<sup>2</sup> (dezoito mil, e trinta e sete metros quadrados e cinquenta centímetros). A Forma de pagamento: R\$21.000 correspondente à área de 7.056,55 m<sup>2</sup> (sete mil e cinquenta e seis metros quadrados e cinquenta e cinco centímetros), cujo valor foi parcelado em 6 vezes, parcelas de R\$3.500,00. O saldo correspondente a transferência do potencial construtivo, cuja área corresponde a 10.980,95 m<sup>2</sup> (dez mil e novecentos e oitenta metros quadrados e noventa e cinco centímetros), ocorreu em etapas parciais e o montante de R\$2.000, foi pago em janeiro de 2020, corrigido pelo índice INPC do período.

A Fundação verificou que ocorreu erro quando da apuração do valor do m<sup>2</sup> do CEPAC, pois, quando do encerramento das demonstrações financeiras do exercício de 2018, o valor apurado do m<sup>2</sup> do CEPAC foi a divisão do valor recebido de R\$21.000 dividido pelo m<sup>2</sup> transferido 7.056,55 m<sup>2</sup> (sete mil e cinquenta e seis metros quadrados e cinquenta e cinco centímetros), cujo resultado foi R\$2.975,96 o m<sup>2</sup> de CEPAC. Também se verificou que o saldo correspondente a transferência do potencial construtivo, cuja área corresponde a 10.980,95 m<sup>2</sup> (dez mil e novecentos e oitenta metros quadrados e noventa e cinco centímetros), não tinha sido considerado na negociação. Dessa forma, o saldo de 10.980,95 m<sup>2</sup> de CEPAC, foi atualizado por R\$2.975,96 o m<sup>2</sup>. Os saldos do CEPAC são atualizados à valor de mercado, por este motivo, utilizou-se o valor do m<sup>2</sup> do CEPAC para atualizar erroneamente o saldo que ainda não tinha sido transferido e também o saldo do CEPAC do imóvel localizado na Marques de Paranaguá. Os impactos decorrentes destas correções totalizaram um ajuste as demonstrações financeiras de 2019 no valor de R\$38.275.

**4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas**

	2020	2019
Recursos não vinculados - Caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e bancos	63	453
Aplicações financeiras (i)	90.395	98.117
	<b>90.458</b>	<b>98.570</b>
Recursos vinculados:		
Aplicações financeiras (ii)	7.057	1.578
	<b>7.057</b>	<b>1.578</b>

(i) Referem-se a aplicações financeiras compromissadas, de alta liquidez e que podem ser prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não sendo vinculadas a operações de risco e são remuneradas a taxas que variam entre 82,5% e 101,8% (83,5% e 101,0% em 2018) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(ii) Recursos vinculados

Composição dos recursos vinculados	2020	2019
Convênio Pró-Equipamentos/Pós-Graduação (a)	52	142
Convênio Brasília-SP/PRONAS (b)	-	726
Convênio Hospital Estratégico (c)	1.192	-
Convênio SUS PA 7.180/17 (d)	4.505	-
Outros projetos	1.308	710
<b>Total</b>	<b>7.057</b>	<b>1.578</b>

(a) Convênio Pró-Equipamentos/Pós-Graduação - Recursos para aquisição de equipamentos de uso compartilhado destinados à melhoria da estrutura de pesquisa científica e tecnológica dos programas de pós-graduação da PUC/SP.

(b) Convênio Brasília-SP/PRONAS - Recursos para execução do projeto "Saúde da população com deficiência no território da Freguesia do O-Brasília/SP: diálogo com serviços e os significados atribuídos pela população ao acesso em saúde".

(c) Convênio Hospital Estratégico - Contribuir para o desenvolvimento de uma Rede Hospitalar de referência na Região de Sorocaba, capaz de prestar serviços de saúde de qualidade e resolutivos, de média e de alta complexidade, que atendam as necessidades e demandas da população, em especial aquelas que encaminhadas pelo setor de regulação do acesso e integrar-se à rede de atenção à saúde do Estado, mediante a transferência de recursos financeiros destinados às despesas de Custeio Hospital Estratégico (consumo e prestação de serviços).

(d) Convênio SUS PA 7.180/17 - Execução das atividades e serviços referentes ao SUS, por intermédio da pactuação de metas quantitativas e qualitativas, em conformidade com o Plano Operativo.

**5. Contas a receber de alunos e hospital**

Descrição	2020	2019
<b>Contas a receber da unidade educacional:</b>		
Contas a receber de graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i>	45.734	44.479
Contas a receber de pós-graduação <i>lato sensu</i> e extensão	6.138	5.391
Cheques devolvidos	2.633	2.678
Notas promissórias	2.046	2.078
Negociações de débito	16.497	14.943
<b>Subtotal</b>	<b>73.048</b>	<b>69.569</b>
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(55.238)	(51.438)
	<b>17.810</b>	<b>18.131</b>
<b>Contas a receber da unidade hospitalar:</b>		
SUS	11.634	12.104
Convênio	8.112	9.037
Particular	1.374	1.024
<b>Subtotal</b>	<b>21.120</b>	<b>22.165</b>
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(5.429)	(1.022)
	<b>15.691</b>	<b>21.143</b>
<b>Total</b>	<b>33.501</b>	<b>39.274</b>

Classificadas como:

	2020	2019
Circulante	32.431	38.830
Não circulante	1.070	444

Dos valores apresentados na tabela acima, a Fundação possui débitos ajuizados, bem como débitos com levantamento judicial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Contas a receber de alunos e hospital	Perdas estimadas	Líquido 2020
<b>Débitos de serviços - Ajuizados (a)</b>			
- Escritório de cobrança	9.022	(6.105)	2.917
- Núcleo de cobrança FUNDASP	434	(171)	263
	9.456	(6.276)	3.180

**Débitos de serviços - Levantamento judicial (b)**

	2020	2019
- Escritório de cobrança	121	(22)
- Núcleo de cobrança FUNDASP	5	(5)
	126	(27)

**Total débitos ajuizados e levantamento judicial**

	2020	2019
	9.582	(6.303)

(a) Débitos ajuizados

A FUNDASP entrou com ações na Justiça para cobrança dos débitos que tem obrigação certa, líquida e exigível. O que pode ser feito a partir do vencimento da dívida. O devedor é notificado sobre o processo, em seguida é aberto um prazo para o pagamento da dívida ou a indicação de bens como garantia.

(b) Levantamento judicial

Os valores apresentados em levantamento judicial, são utilizadas quando há depósito e/ou bloqueio judicial aguardando levantamento de valores. Enquanto o valor não é creditado pelo Tribunal de Justiça na conta corrente da Fundasp, o processo fica nas contas caixas "RJ - Repasse Judicial". As Contas caixas, são códigos de controles vinculados aos títulos que permitem a FUNDASP realizar a identificação e controle dos status de cobrança.

**5.1. Composição por vencimento - unidade educacional**

A Fundação utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de alunos. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa probabilidade.

A tabela a seguir demonstra a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de alunos em 31 de dezembro de 2020:

31 de dezembro de 2020	Saldo contábil bruto	Taxa média ponderada de perda estimada	Provisão para perda esperada
A vencer	4.042	0,12%	5
<b>Vencidos</b>			
De 1 a 30 dias	3.591	10,16%	365
De 31 a 60 dias	2.239	10,76%	241
De 61 a 90 dias	2.114	15,18%	321
De 91 a 120 dias	2.268	21,21%	481
De 121 a 150 dias	1.172	36,52%	428
De 151 a 180 dias	445	26,29%	117
De 181 a 210 dias	920	55,76%	513
De 211 a 240 dias	1.006	63,42%	638
De 241 a 270 dias	831	69,80%	580
De 271 a 300 dias	194	42,27%	82
De 301 a 330 dias	723	85,89%	621
De 331 a 360 dias	143	27,27%	39
	53.360	95,22%	50.807
<b>Mais de 360 dias</b>	<b>73.048</b>	<b>75,62%</b>	<b>55.238</b>

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos três anos.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

**5.2. Composição por vencimento - unidade hospitalar**

A Fundação utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de convênios. Para o contas a receber de SUS, não são calculados provisões para perdas devido ao histórico de recuperação, inclusive dos saldos vencidos a mais de 360 dias.

31 de dezembro de 2020	Saldo contábil bruto	Taxa média ponderada de perda estimada	Provisão para perda esperada
A vencer	4.100	9,22%	378
<b>Vencidos</b>			
De 1 a 30 dias	98	9,2%	9
De 31 a 60 dias	57	8,8%	5
De 61 a 90 dias	35	8,6%	3
De 91 a 120 dias	139	9,4%	13
De 121 a 150 dias	14	7,1%	1
De 151 a 180 dias	24	8,3%	2
De 181 a 210 dias	29	10,3%	3
De 211 a 240 dias	53	9,4%	5
De 241 a 270 dias	29	10,3%	3
De 271 a 300 dias	15	6,7%	1
De 301 a 330 dias	32	9,4%	3
De 331 a 360 dias	450	89,3%	402
Mais de 360 dias	16.045	28,7%	4.601
	<b>21.120</b>	<b>25,7%</b>	<b>5.429</b>

A movimentação de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa no exercício de 2020 está demonstrada a seguir:

Descrição	2019	Constituição	Reversão	2020
<b>Educacional:</b>				
Contas a receber da graduação	(34.784)	(2.058)	-	(36.842)
Cheques devolvidos	(2.678)	-	46	(2.632)
Notas promissórias	(2.078)	-	32	(2.046)
Negociações de débitos	(7.110)	(606)	-	(7.716)
FGEDUC	(4.760)	(1.171)	-	(5.931)
Cartão de crédito	(28)	(43)	-	(71)
	<b>(51.438)</b>	<b>(3.878)</b>	<b>78</b>	<b>(55.238)</b>
<b>Hospitalar:</b>				
Créditos hospitalares	(1.022)	(4.407)	-	(5.429)
	<b>(52.460)</b>	<b>(8.285)</b>	<b>78</b>	<b>(60.667)</b>

**6. Bolsas restituíveis**

Descrição	2020			2019		
	Contas a Devedores receber	Contas a Devedores duvidosos	Líquido	Contas a Devedores receber	Contas a Devedores duvidosos	Líquido
Bolsas restituíveis	21.118	(17.629)	3.489	20.777	(16.418)	4.359
Circulante	21.118	(17.629)	3.489	20.768	(16.418)	4.350
Não circulante	-	-	-	9	-	9

Dos valores apresentados na tabela acima, a Fundação possui débitos ajuizados, bem como débitos com levantamento judicial de bolsas restituíveis, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Descrição	2020			2019		
	Contas a receber de alunos	Perdas estimadas	Líquido	Contas a receber de alunos	Perdas estimadas	Líquido
<b>Débitos de serviços - Ajuizados (a)</b>						
- Escritório de cobrança	7.734	(7.724)	10	23.259	(16.310)	6.949
- Núcleo de cobrança FUNDASP	867	(854)	13	560	(241)	319
	<b>8.601</b>	<b>(8.578)</b>	<b>23</b>	<b>23.819</b>	<b>(16.551)</b>	<b>7.268</b>
<b>Débitos de serviços - Levantamento judicial (b)</b>						
- Escritório de cobrança	14	(14)	-	205	(152)	53
- Núcleo de cobrança FUNDASP	-	-	-	5	(5)	-
	<b>14</b>	<b>(14)</b>	<b>-</b>	<b>210</b>	<b>(157)</b>	<b>53</b>
<b>Total débitos ajuizados e levantamento judicial</b>	<b>8.615</b>	<b>(8.592)</b>	<b>23</b>	<b>24.029</b>	<b>(16.708)</b>	<b>7.321</b>

(a) Débitos ajuizados: A FUNDASP entrou com ações na Justiça para cobrança dos débitos de bolsas restituíveis, que tem obrigação certa, líquida e exigível. O que pode ser feito a partir do vencimento da dívida. O devedor é notificado sobre o processo, em seguida é aberto um prazo para o pagamento da dívida ou a indicação de bens como garantia. (b) Levantamento judicial: Os valores apresentados de bolsas restituíveis em levantamento judicial, são utilizadas quando há depósito e/ou bloqueio judicial aguardando levantamento de valores. Enquanto o valor não é creditado pelo Tribunal de Justiça na conta corrente da Fundasp, o processo fica nas contas caixas "RJ - Repasse Judicial". As Contas caixas, são códigos de controles vinculados aos títulos que permitem a FUNDASP realizar a identificação e controle dos status de cobrança. Bolsas restituíveis referem-se às bolsas concedidas a alunos ativos que assumiram o compromisso de devolução das

mensalidades financiadas com a Fundação no prazo médio de cinco anos, iniciado um ano após sua conclusão de curso. Os pagamentos serão exigidos com base no valor das mensalidades vigentes na época da liquidação das obrigações. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3 m (i), o ajuste para as perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito da carteira de recebíveis da Fundação. A Fundação, considerando a indexação dos pagamentos das dívidas pelos valores dos boletos vigentes nas datas previstas de liquidação das obrigações, efetuou o cálculo do valor presente das parcelas de longo prazo, não apurando diferenças significativas com os valores atualmente registrados, líquidos de provisão para realização. A movimentação de ajuste para créditos de liquidação duvidosa das bolsas restituíveis no exercício de 2020 está demonstrada a seguir:

Descrição	2019	Constituição	2020
Bolsas restituíveis	(16.418)	(1.211)	(17.629)
<b>7. Outros ativos</b>			
		<b>2020</b>	<b>2019</b>
Convênios e créditos a receber		1.035	1.958
Títulos a compensar		1.277	1.614
Adiantamentos a outras empresas		5.801	3.439
Outros valores a receber		1.675	1.660
Total		<b>9.788</b>	<b>8.671</b>
Circulante		9.567	8.450
Não circulante		221	221

**8. Certificado de potencial adicional de construção**

Em 19 de agosto de 2015, a Fundação obteve Declaração de Potencial Construtivo Passível de transferência, SMDU/DEUSO 0123/2015, conforme publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. O diretor do Departamento do Uso do Solo (DEUSO) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), nos termos do que dispõem os arts. 122 a 132 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, declarou que o imóvel situado na Rua Monte Alegre, nº 984, Distrito da Lapa, São Paulo/SP, registrado no 2º Cartório de Registro de Imóveis da Capital e tombado pela Resolução SC nº 29/2012 do Condephaat e pela Resolução nº 04/2015 do CONPRESP, dispõe de 18.037,50 m² (dezoito mil, trinta e sete metros e cinquenta décimos quadrados) de potencial construtivo passível de transferência, originado sem a doação do terreno.

Em 12 de setembro de 2017, a Fundação obteve Declaração de Potencial Construtivo Passível de transferência, SMDU/DEUSO 0148/17, conforme publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. A Diretora do DEUSO da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), nos termos do que dispõem os arts. 122 a 133 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, e o artigo 24 da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, com base nas informações disponibilizadas no PA nº 2016-0.128.881-2, declarou que o imóvel situado à Rua Marques de Paranaguá, nº 111, Distrito da Consolação, São Paulo/SP, registrado no 5º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, Matrícula nº 8.647, inscrito no cadastro municipal sob o SQL 010.014.0323-1 e tombado pelo Conpresp através da Resolução nº 12/2015, dispõe de 4.465,92 m² (quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco metros e noventa e dois décimos quadrados) de potencial construtivo passível de transferência, originado sem a doação de terreno.

Cada CEPAC equivale a determinado valor de metro quadrado para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto. Esse valor mobiliário é um título ao portador que pode ser comercializado no chamado "mercado secundário". Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo do direito remanescente está reconhecido no ativo no valor de R\$5.695 e R\$7.695, respectivamente e, quando da valorização e/ou desvalorização, é reconhecido nas demonstrações do resultado do exercício, na rubrica de "Outras (despesas) receitas, líquidas".

Contas a receber por venda dos certificados CEPAC Rua Monte Alegre, nº 984:

	Movimentação	Saldo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	-	-
(+) Valor a receber referente pela venda CEPAC (a)	-	23.000
(-) Valor recebido em 2018	(3.500)	19.500
(-) Valor recebido em 2019	(17.500)	2.000
(-) Valor recebido em 2020	(2.000)	-

(a) Em 14 de dezembro de 2018, houve a negociação de todo o CEPAC referente à Rua Monte Alegre, nº 984 ao preço de R\$23.000, sendo o mesmo recebido conforme valores demonstrados em cada exercício acima.

**9. Investimento**

A Fundação São Paulo possui 1.269 cotas da Associação Cultural São Paulo, sendo: 791 subscritos; 17 adquiridos e 461 doados. Estas cotas correspondem a 63,96% do Patrimônio social da Associação. As cotas estão sendo apresentadas pelo custo histórico.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

**10. Imobilizado**

**10.1. Composição do saldo**

Descrição	2020		2019	
	Custo	Depreciação	Custo líquido	Custo líquido
Terrenos	156.584	-	156.584	156.584
Edificações	124.072	(38.674)	85.398	88.978
Máquinas e equipamentos	22.543	(17.986)	4.557	4.669
Móveis e utensílios	11.585	(9.947)	1.638	2.022
Equipamentos de informática	23.123	(19.024)	4.099	4.746
Ferramentas	45	(21)	24	16
Biblioteca	4.787	(4.083)	704	803
Instalações	8.410	(5.649)	2.761	3.298
Benfeitorias em imóveis próprios	26.216	(5.391)	20.825	21.445
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.329	(3.288)	41	45
Equipamentos hospitalares	3.072	(1.854)	1.218	1.410
Imobilizado em arrendamento	3.942	(3.883)	59	59
Instrumentos cirúrgicos	113	(76)	37	49
Veículos em uso	1.107	(367)	740	792
Enxoval hospitalar	850	(847)	3	40
Imobilizações em andamento	1.475	-	1.475	1.297
Total	391.253	(111.090)	280.163	286.253

**10.2. Movimentação dos custos e das depreciações acumuladas**

Custo	Transfe-			
	31/12/2019	Adições	Baixas	rências
Terrenos	156.584	-	-	-
Edificações	124.072	-	-	-
Máquinas e equipamentos	21.711	832	-	-
Móveis e utensílios	11.548	37	-	-
Equipamentos de informática	22.717	406	-	-
Ferramentas	33	12	-	-
Biblioteca	4.698	89	-	-
Instalações	8.359	51	-	-
Benfeitorias em imóveis próprios	25.792	424	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.318	11	-	-
Equipamentos hospitalares	3.072	-	-	-
Imobilizado em arrendamento	3.942	-	-	-
Instrumentos cirúrgicos	113	-	-	-
Veículos em uso	1.122	65	(80)	-
Enxoval hospitalar	850	-	-	-
Imobilizações em andamento	1.297	178	-	-
Total	389.228	2.105	(80)	-

Depreciação	Transfe-			
	31/12/2019	Adições	Baixas	rências
Edificações	(35.094)	(3.580)	-	-
Máquinas e equipamentos	(17.042)	(944)	-	-
Móveis e utensílios	(9.526)	(421)	-	-
Equipamentos de informática	(17.971)	(1.053)	-	-
Ferramentas	(17)	(4)	-	-
Biblioteca	(3.895)	(188)	-	-
Instalações	(5.061)	(588)	-	-
Benfeitorias em imóveis próprios	(4.347)	(1.044)	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.273)	(15)	-	-
Equipamentos hospitalares	(1.662)	(192)	-	-
Imobilizado em arrendamento	(3.883)	-	-	-
Instrumentos cirúrgicos	(64)	(12)	-	-
Veículos em uso	(330)	(93)	56	-
Enxoval hospitalar	(810)	(37)	-	-
Imobilizações em andamento	-	-	-	-
Total	(102.975)	(8.171)	56	-
Total líquido	286.253	(6.066)	(24)	-

Custo	Transfe-			
	31/12/2018	Adições	Baixas	rências
Terrenos	155.864	720	-	-
Edificações	124.072	-	-	-
Máquinas e equipamentos	21.395	316	-	-
Móveis e utensílios	11.399	149	-	-
Equipamentos de informática	22.469	248	-	-
Ferramentas	31	2	-	-
Biblioteca	4.581	117	-	-
Instalações	7.951	408	-	-
Benfeitorias em imóveis próprios	24.221	1.571	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.269	49	-	-
Equipamentos hospitalares	3.072	-	-	-
Imobilizado em arrendamento	3.942	-	-	-
Instrumentos cirúrgicos	99	14	-	-
Veículos em uso	1.376	292	(546)	-
Enxoval hospitalar	850	-	-	-
Imobilizações em andamento	1.259	38	-	-
Total	385.850	3.924	(546)	-

Depreciação	Transfe-			
	31/12/2018	Adições	Baixas	rências
Edificações	(31.514)	(3.580)	-	-
Máquinas e equipamentos	(16.068)	(974)	-	-
Móveis e utensílios	(9.065)	(461)	-	-
Equipamentos de informática	(16.952)	(1.020)	-	1
Ferramentas	(18)	(3)	-	4
Biblioteca	(3.699)	(196)	-	-
Instalações	(4.468)	(593)	-	-
Benfeitorias em imóveis próprios	(3.335)	(1.012)	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.269)	(4)	-	-
Equipamentos hospitalares	(1.452)	(210)	-	-
Imobilizado em arrendamento	(3.883)	-	-	-
Instrumentos cirúrgicos	(51)	(13)	-	-
Veículos em uso	(961)	(122)	753	-
Enxoval hospitalar	(739)	(71)	-	-
Imobilizações em andamento	5	-	-	(5)
Total	(95.469)	(8.259)	753	-
Total líquido	290.381	(4.335)	207	-

**10.3. Garantias**

Os terrenos e suas edificações encontram-se vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos como parte das garantias apresentadas às instituições financeiras.

**11. Intangível**

Movimentação dos custos e das amortizações acumuladas

Custo	2019			2020		
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direito de uso	2.741	122	2.863	-	-	-
Softwares	6.217	-	6.217	-	-	-
Sistemas aplicativos	3.061	-	3.061	-	-	-
Marcas e patentes	38	-	38	-	-	-
Marca UNIFAI - Centro Universitário Assunção	20.000	-	20.000	-	-	-
Goodwill - Incorporação Centro Universitário Assunção	32.550	-	32.550	-	-	-
Total	64.607	122	64.729	-	-	-
Amortizações	-	(2.228)	(2.473)	-	(245)	(2.473)
Softwares	-	(5.720)	(5.977)	-	(257)	(5.977)
Sistemas aplicativos	-	(2.955)	(60)	-	(60)	(3.015)
Total	-	(10.903)	(11.465)	-	(562)	(11.465)
Intangível líquido	53.704	(440)	53.264	-	-	-

**12. Propriedades para investimentos**

Saldo de 31 de dezembro de 2019	107.361
Ganho decorrente da avaliação do valor justo (a) - nota 27	3.803
<b>Saldo de 31 de dezembro de 2020</b>	<b>111.164</b>

(a) Refere-se a variações positivas dos valores dos terrenos e do edifício, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	2020	2019	Varição
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 961	8.706	8.833	(127)
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 971	10.512	10.664	(152)
Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 986	10.524	9.643	881
Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 990	15.786	14.464	1.322
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 1.083	59.747	57.939	1.808
Prédio - Rua Monte Alegre, nº 1.083	5.889	5.818	71
<b>Total</b>	<b>111.164</b>	<b>107.361</b>	<b>3.803</b>

Valor justo das propriedades para investimento

A Fundação adota o método de valor justo para melhor refletir o seu negócio e por entender que é a melhor informação para análise de mercado.

O valor justo dos terrenos e da edificação mencionados acima está suportado por laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes.

A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual.

**13. Direito de uso**

A Fundação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Fundação. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes e descontados pela taxa incremental nominal de aproximadamente 12,28% a.a., variando de acordo com o prazo de cada contrato.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

A Fundação aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Fundação está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

A Fundação apresenta os seguintes ativos de direito de uso e passivos de arrendamento:

**a) Movimentação do ativo com direito de uso de bens:**

Adoção inicial em 01/01/2019 Reconhecimento CPC 06(R2)	
Adição	14.467
Depreciação	(2.775)
<b>Total de direito de uso de bens em 31/12/2019</b>	<b>11.692</b>
Remensuração	967
Depreciação	(2.824)
<b>Total de direito de uso de bens em 31/12/2020</b>	<b>9.835</b>

**b) Movimentação do passivo de arrendamento**

<b>Passivo de arrendamento em 01/01/2019</b>	
Passivo de arrendamento - curto prazo	3.876
Juros a apropriar - curto prazo	(1.783)
Passivo de arrendamento - longo prazo	19.544
Juros a apropriar - longo prazo	(7.170)
<b>Total do passivo de arrendamento em 01/01/2019</b>	<b>14.467</b>
Adições - Curto prazo	3.873
Contraprestação - curto prazo	(2.093)
Juros sobre arrendamento - curto prazo	(1.783)
Baixas - longo prazo	(3.873)
Juros sobre arrendamento - longo prazo	1.437
<b>Total do passivo de arrendamento em 31/12/2019</b>	<b>12.028</b>
Remensuração	1.222
Adições - Curto prazo	2.800
Contraprestação - curto prazo	(2.608)
Juros sobre arrendamento - curto prazo	(1.434)
Baixas - longo prazo	(2.800)
Juros sobre arrendamento - longo prazo	1.765
<b>Total do passivo de arrendamento em 31/12/2020</b>	<b>10.973</b>
<b>Circulante</b>	2.800
<b>Não circulante</b>	8.173
Pagamento estimado em 2021	2.800
Pagamento estimado em 2022	2.800
Pagamento estimado em 2023	2.800
Pagamento estimado após 2023	2.573
	10.973

**14. Empréstimos e financiamentos**

Instituição financeira	Natureza	Taxa de juros	2020	2019
Banco do Brasil S.A.	Capital de giro	3% a.a. + CDI	98.524	97.199
		De 3,54% a.a. até		
Banco do Safra S.A.	Capital de giro	3,66% a.a. + 100% CDI	17.244	25.112
		De 4,00% a.a. até		
Banco Bradesco S.A.	BNDES	7,5% a.a. + TJLP	31.048	35.714
		De 4,00% a.a. até		
Banco Santander S.A.	BNDES	7,5% a.a. + TJLP	15.824	18.464
Banco Bradesco S.A.	Capital de giro	De 4,56% a.a. + 100% CDI	24.014	40.035
Banco Santander S.A.	Capital de giro	De 2,7% a.a. + 100% CDI	7.040	9.264
Banco Rendimento S.A.	Capital de giro	De 3,3% a.a. + 100% CDI	15.036	-
			<b>208.730</b>	<b>225.788</b>
Banco Bradesco S.A.	Saldo devedor		18	18
Banco Santander S.A.	Saldo devedor		40	40
			<b>58</b>	<b>58</b>
<b>Total</b>			<b>208.788</b>	<b>225.846</b>
Passivo circulante			69.555	59.309
Passivo não circulante			139.233	166.537

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Instituição	Modalidade	2019	Captações	Amortização de principal	
				e Juros	Encargos
Bradesco	Capital de giro	40.035	-	(17.937)	1.916
Santander	Capital de giro	9.264	-	(2.675)	451
Safra	Capital de giro	25.112	-	(9.235)	1.367
Banco do Brasil	Capital de giro	97.199	32.000	(36.233)	5.558
Rendimento	Capital de giro	-	15.000	(66)	102
Bradesco	Financ. BNDES	35.714	-	(8.049)	3.383
Santander	Financ. BNDES	18.464	-	(4.332)	1.692
	<b>Subtotal</b>	<b>225.788</b>	<b>47.000</b>	<b>(78.527)</b>	<b>14.469</b>
Bradesco	Saldo devedor	18	-	-	18
Santander	Saldo devedor	40	-	-	40
	<b>Subtotal</b>	<b>58</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>58</b>
<b>Total geral</b>		<b>225.846</b>	<b>47.000</b>	<b>(78.527)</b>	<b>14.469</b>

**14.1. Composição das parcelas de longo prazo:**

Instituição financeira	2022	2023	2024	2025	Total
Banco do Brasil S.A.	23.742	23.741	23.741	5.337	76.561
Banco Bradesco S.A.	15.467	4.045	4.045	3.708	27.265
Banco Santander S.A.	6.064	4.407	2.555	1.456	14.482
Banco Rendimento S.A.	6.015	5.513	-	-	11.528
Banco Safra S.A.	5.219	3.342	836	-	9.397
<b>Total</b>	<b>56.507</b>	<b>41.048</b>	<b>31.177</b>	<b>10.501</b>	<b>139.233</b>

**14.2. Garantias**

As principais garantias oferecidas para pagamento dos empréstimos citados anteriormente são: (a) Totalidade das mensalidades escolares a receber; (b) Recebíveis provenientes do programa de bolsa restituível; (c) Contratos de convênio de prestação de serviços; (d) Hipoteca do imóvel localizado na Rua Monte Alegre, nº 984 - Perdizes; (e) Bens arrendados próprios (quando aplicável).

**14.3. Indicadores financeiros a ser atendidos**

Em decorrência da captação dos empréstimos anteriormente mencionados, a Fundação precisa manter índices financeiros relacionados ao EBITDA (sigla em inglês para Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization), ajustado conforme condições específicas descritas nos respectivos documentos firmados com as instituições financeiras, conforme a seguir descrito:

- Relação entre EBITDA e receita líquida superior a 10%, a partir do exercício de 2014.
- Relação entre dívida financeira líquida e EBITDA menor ou igual a 3,0, a partir do exercício de 2015.

Em 31 de dezembro de 2020, a Fundação manteve o atendimento aos indicadores anteriormente referidos.

**15. Salários, férias e encargos sociais a pagar**

	2020	2019
Salários a pagar	14.567	15.068
Férias a pagar e encargos a recolher	14.715	14.730
IRRF sobre folha de pagamento	10.619	11.080
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	2.587	2.687
INSS a recolher	1.332	1.312
Outras obrigações com pessoal	786	1.164
<b>Total</b>	<b>44.606</b>	<b>46.041</b>

**16. Tributos parcelados**

	2020	2019
FGTS parcelado (a)	18.397	20.791
REFIS federal (b)	106.368	107.881
PPI Municipal (c)	3.022	3.533
FGTS parcelado - Lei Complementar nº 110/2001 (d)	1.627	1.860
REFIS - Lei nº 11.941/2009	114	469
PERT	354	387
<b>Total</b>	<b>129.882</b>	<b>134.921</b>
Circulante	8.047	7.897
Não circulante	121.835	127.024

Em 30 de março de 2000, a Fundação formalizou com a Caixa Econômica Federal um Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento para os débitos de FGTS (atinentes ao depósito mensal de 8% da remuneração paga no mês anterior a cada trabalhador), englobando débitos de agosto de 1986 a fevereiro de 2000, em 180 parcelas. Esse débito fora objeto de reparcelamento, pela assinatura de novo Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, em 9 de novembro de 2007, englobando débitos de outubro de 1988 a fevereiro de 2000, em 240 parcelas. Em 31 de dezembro de 2020, restavam 81 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

	2020	2019
Pagamento estimado em 2021	3.199	3.084
Pagamento estimado em 2022	3.199	3.084
Pagamento estimado em 2023	3.199	3.084
Pagamento estimado em 2024	3.200	3.084
Pagamento estimado após 2024	5.600	8.455
<b>Total</b>	<b>18.397</b>	<b>20.791</b>

A Fundação encontra-se adimplente com o parcelamento assumido com a Caixa Econômica Federal.

(b) REFIS: O Programa de Recuperação Fiscal (REFIS - I) destinou-se a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a impostos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e pelo INSS, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles decorrentes da falta de recolhimento de valores retidos. A Fundação possui débitos incluídos nesse programa, cuja Lei Instituidora nº 9.964/2000 foi publicada em 11 de abril de 2000, e a adesão da FUNDASP foi efetivada em 29 de abril de 2000. Conforme previsto na legislação do REFIS-I, a Fundação recolheu mensalmente o valor mínimo correspondente a 0,3% (três décimos por cento) de seu faturamento bruto do mês imediatamente anterior a título de pagamento do parcelamento especial. O saldo devedor é atualizado mensalmente por meio da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). A partir de janeiro de 2015, o recolhimento



**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)**

passou a ser feito no montante de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) desse faturamento. Conforme proposta da Receita Federal do Brasil, a partir de julho de 2015, iniciou-se uma nova sistemática de cálculo das parcelas, apuradas da seguinte forma: saldo devedor no mês dividido pela quantidade de meses restantes para se completar 50 anos, respeitada a parcela mínima de R\$266. Nessa mesma ocasião (agosto/2015), foi recolhida a diferença apurada entre junho de 2014 e junho de 2015, no montante de R\$1.036. Assim, a partir de julho de 2015, estabeleceu-se que o critério para cálculo das parcelas deverá seguir a sistemática proposta pela Receita Federal, da seguinte forma: saldo devedor constante do Extrato atualizado da Conta do REFIS no respectivo mês dividido pelo número de meses restantes para se completar 50 anos, respeitada a parcela mínima de R\$266. A partir de agosto de 2016, por força do atual cenário econômico brasileiro, com constantes elevações da Taxa de Juros de Longo Prazo (adotada nesse parcelamento) aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, ficou definido que, quando o cálculo acima resultar em parcela com valor menor do que a TJLP do respectivo mês, a Fundação realizará o pagamento de valor equivalente a R\$3,00 (três reais) acima dos juros lançados na Conta REFIS, para que se configure a efetiva amortização do saldo devedor principal da dívida. A perspectiva de desembolso financeiro para os próximos exercícios, tomando como base a média de pagamento dos últimos dois exercícios, encontra-se demonstrada a seguir:

	2020	2019
Pagamento estimado em 2021	3.647	3.576
Pagamento estimado em 2022	3.647	3.576
Pagamento estimado em 2023	3.647	3.576
Pagamento estimado em 2024	3.647	3.576
Pagamento estimado após 2024	91.780	93.577
Total	106.368	107.881

Todas as exigências previstas na legislação do REFIS-I para manutenção desse parcelamento especial estão sendo cumpridas pela Fundação.

(c) **PPI Municipal:** A Fundação aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) da Prefeitura do Município de São Paulo em dezembro de 2015, para pagamento de IPTU relativo aos exercícios de 1991, 1994, 1995 e 1998, Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos dos exercícios de 2011, 2012 e 2013 e Multa de Postura Municipal referente ao exercício de 2014, em que o saldo foi dividido em 120 parcelas corrigidas mensalmente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). Em 31 de dezembro de 2020, restavam 59 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

	2020	2019
Pagamento estimado em 2021	614	597
Pagamento estimado em 2022	615	597
Pagamento estimado em 2023	615	597
Pagamento estimado em 2024	615	597
Pagamento estimado após 2024	563	1.145
Total	3.022	3.533

(d) **FGTS parcelado - Lei Complementar nº 110/2001**

A Fundação formalizou também com a Caixa Econômica Federal, em 14 de novembro de 2007, outro Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento das Contribuições Sociais da Lei Complementar nº 110/2001 (10% sobre o montante dos depósitos na dispensa sem justa causa e 0,5% sobre a remuneração devida a cada trabalhador), englobando débitos de janeiro de 2002 a abril de 2005, em 240 parcelas. Em 31 de dezembro de 2020, restavam 83 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

	2020	2019
Pagamento estimado em 2021	235	232
Pagamento estimado em 2022	235	232
Pagamento estimado em 2023	235	232
Pagamento estimado em 2024	235	232
Pagamento estimado após 2024	687	932
Total	1.627	1.860

**17. Mensalidades antecipadas**

	2020	2019
Mensalidades antecipadas	13.794	14.071
Outras receitas antecipadas	730	589
Total	14.524	14.660

Nesta rubrica, são registrados os valores dos planos de pagamento do curso em prazo inferior à sua duração, somados às antecipações de matrículas para cursos que se iniciam no ano seguinte daqueles alunos que escolheram pagar o curso em tempo inferior ao de sua duração.

**18. Processos judiciais a pagar**

	2020	2019
Acordo judicial - diferenças salariais (*)	15.197	18.322
Outros acordos judiciais	1.977	3.399
Total	17.174	21.721

Classificado como:

	2020	2019
Circulante	5.553	6.889
Não circulante	11.621	14.832

(\*) Esses valores se referem ao acordo celebrado pela Fundação com o SINPRO-SP, em abril de 2015. A Fundação celebrou esse acordo judicial na Reclamação Trabalhista nº 00009253420105020076 cujo objeto eram diferenças salariais, devidas pela não aplicação de dissídio coletivo relativo ao ano de 2005. Em 31 de dezembro de 2020, restavam 51 parcelas a ser pagas pela Fundação.

**18.1. Movimentação**

	2019	Adições	Pagamentos	2020
Acordo judicial	18.322	3.498	(6.623)	15.197
Outros acordos judiciais	3.399	261	(1.683)	1.977
Total	21.721	3.759	(8.306)	17.174

**19. Outras contas a pagar**

	2020	2019
Mensalidades a restituir	1.035	1.411
Recursos de projetos em execução (*)	703	1.337
Valores a repassar	985	1.094
Contratos de permuta	-	226
Outros valores a pagar	1.407	1.156
Total	4.130	5.224

(\*) Esses valores são provenientes da entrada de recursos financeiros e que possuem obrigação condicionada, por isso precisam obrigatoriamente ser confrontados com as despesas.

**20. Provisões para riscos judiciais**

A Fundação é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e instâncias administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras. A Administração, com base em informações transmitidas pelos escritórios terceirizados que prestam serviços advocatícios e patrocinam as ações em que a Fundação é parte, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência advinda de casos semelhantes, constituiu provisão para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, conforme segue:

Descrição	Depósito			
	Provisão	judicial	Líquido	Líquido
Cíveis	1.466	(258)	1.208	2.561
Trabalhistas	15.845	(11.719)	4.126	5.011
Total	17.311	(11.977)	5.334	7.572
<b>20.1. Movimentação</b>				
Cíveis	2.819	358	(1.711)	1.466
Trabalhistas	16.891	729	(1.775)	15.845
Subtotal	19.710	1.087	(3.486)	17.311
Depósitos judiciais	(12.138)	161	-	(11.977)
Total	7.572	1.248	(3.486)	5.334

Em 31 de dezembro de 2020, a Fundação era parte em 307 processos judiciais em andamento, na condição de ré, sendo: 165 ações cíveis, 134 ações trabalhistas e 8 de natureza tributária/fiscal.

**20.2. Processos trabalhistas**

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para ações trabalhistas classificadas como de risco de perda provável era de R\$15.845 (R\$16.891 em 2019). Para os referidos processos, a Fundação possui depósitos judiciais constituídos no montante de R\$11.719 (R\$11.880 em 2019). As reclamações trabalhistas versam, principalmente, sobre casos de pagamento de diferenças salariais, reintegrações, horas extras, indenizações, reposição de dissídios e outros, os quais a Administração julga como normais nas suas atividades. Da composição de 134 processos trabalhistas (157 em 2019) mencionados anteriormente, 42 (50 em 2019) deles foram considerados como de risco de perda provável e 34 como possível (35 em 2019), conforme demonstrados a seguir:

Risco de perda	2020		2019	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Provável	42	15.845	50	16.891
Possível	34	6.525	35	7.850
Total	76	22.370	85	24.741

**20.3. Processos cíveis**

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para ações cíveis classificadas como de risco de perda provável era de R\$1.496 (R\$2.819 em 2019). Para os referidos processos, a Fundação possui depósitos judiciais constituídos no montante de R\$258 (R\$258 em 2019). As ações de natureza cível, em sua maioria, têm por objeto: realização de matrículas; declaração de inexistência de débitos de mensalidades; indenizações por cobranças indevidas ou inclusão nos órgãos de proteção ao crédito; entre outros. Adicionalmente, as ações em que o HSL, mantido pela FUNDASP, é parte versam, principalmente, sobre indenizações por alegados erros médicos. Da composição de 165 ações cíveis mencionadas anteriormente, 36 delas foram consideradas como de risco de perda provável e 107 como possível, conforme demonstradas a seguir:

Risco de perda	2020		2019	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Provável	36	1.496	24	2.819
Possível	107	12.568	63	15.846
Total	143	14.064	87	18.665

**21. Patrimônio líquido**

Em uma eventual extinção da Fundação, o seu patrimônio remanescente será destinado à outra fundação que tenha a mesma finalidade ou semelhante ao dessa Fundação; no caso de recusa, tal destinação será feita à fundação registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ou, ainda, à fundação qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, sempre de acordo com a decisão tomada pelo voto da maioria simples dos membros do Conselho Superior (Estatuto Social, artigo 39, § 2º).

a) **Patrimônio social**



**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)**

O patrimônio social é composto pelos valores de formação da Fundação, valores de doações e subvenções, com o objetivo de destiná-los às atividades objeto da Fundação. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o patrimônio social da Fundação era de R\$53.569.

**b) Ajuste de avaliação patrimonial**

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui a reserva de reavaliação realizada em anos anteriores, o ajuste por adoção do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição e a disponibilização de alguns terrenos e edifício para fins de renda e valorização, que foram avaliados e estão demonstrados a valor justo. Os valores registrados nesta rubrica são reclassificados para superávit (déficits) acumulados, proporcionalmente à depreciação dos ativos a que elas se referem.

**22. Receita operacional líquida**

A Fundação gera receita principalmente pelas atividades educacionais desenvolvidas, entre outras, nos cursos de graduação, pós-graduação e de educação executiva. Outras receitas incluem cursos customizados, inscrição no vestibular, emissão de carteirinha, diplomas e certificados. Além de receitas dos serviços médico-hospitalares. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	2020	2019
Receita da unidade educacional		
Mensalidades, taxas e inscrições - Graduação	406.808	404.011
Mensalidades, taxas e inscrições - Pós-graduação <i>stricto sensu</i>	122.123	121.714
Mensalidades, taxas e inscrições - Pós-graduação <i>lato sensu</i>	27.219	29.081
Mensalidades, taxas e inscrições - Extensão	6.962	11.181
Mensalidades, taxas e inscrições - Deric	3.127	2.987
Outras receitas	13.028	18.805
	<b>579.267</b>	<b>587.779</b>
Deduções da receita educacional		
Bolsas de estudo filantrópicas	(64.076)	(69.458)
Bolsas de estudo assistenciais	(64.337)	(66.357)
Abatimentos e descontos concedidos sobre mensalidades	(384)	(1.479)
	<b>(128.797)</b>	<b>(137.294)</b>
Receita operacional líquida - Unidade educacional	450.470	450.485
Assistência médico-hospitalar		
SUS	31.142	31.593
Convênios	9.766	14.320
Particular - PF	4.733	5.414
Subsídio público	5.294	4.765
Outros	2.751	1.068
Receita operacional líquida - Unidade hospitalar	53.686	57.160
Receita operacional líquida - Total	<b>504.156</b>	<b>507.645</b>

**Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita**

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC47/IFRS 15
<b>Prestação de serviços educacionais</b>	O cliente obtém o controle das receitas com mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), mensalidades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares, no momento da prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.	Vide Nota Explicativa nº 3.c (a)
<b>Prestação de serviços médico-hospitalar</b>	O cliente obtém o controle das receitas com a prestação de serviço e atendimento de pacientes de convênios, SUS, particulares e outras prestações de serviços voltados para a assistência dessas atividades. Os contratos com convênios e operadoras de planos de saúde permitem ao cliente a recusa parcial ou total da fatura (glosa), por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. Essas perdas são mensuradas pela Fundação com base em históricos recentes e descontadas da receita de prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.	Vide Nota Explicativa nº 3.c (c)

**23. Custos diretos educacionais e hospitalares**

	2020	2019
Unidade educacional:		
Custos educacionais - Graduação e pós-graduação	(217.363)	(224.305)
Custos com cursos extracurriculares	(6.690)	(7.265)
Outros custos	(217)	(530)
	<b>(224.270)</b>	<b>(232.100)</b>
Unidade hospitalar:		
Custos - Materiais hospitalares	(15.118)	(15.981)
Custos com serviços hospitalares	(19.449)	(19.887)
	<b>(34.567)</b>	<b>(35.868)</b>
Total	<b>(258.837)</b>	<b>(267.968)</b>

**24. Despesas com pessoal**

	2020	2019
Salários e ordenados	(83.316)	(85.841)
Férias e 13º salário	(15.955)	(17.045)
FGTS	(7.839)	(8.137)
Assistência médica	(7.057)	(7.324)
Aviso prévio e indenizações	(5.424)	(2.628)
Outras despesas com pessoal	(5.084)	(6.706)
Total	<b>(124.675)</b>	<b>(127.681)</b>

**25. Despesas gerais e administrativas**

	2020	2019
Água, gás, energia elétrica e telecomunicações	(5.943)	(8.111)
Materiais (a)	(4.068)	(5.548)
Aluguéis (b)	(1.847)	(1.969)
Expediente e gerais	(1.875)	(4.220)
Impostos e taxas	(872)	(673)
Outras despesas	(3.469)	(3.525)
Total	<b>(18.074)</b>	<b>(24.046)</b>

(a) Referem-se a gastos com materiais de consumo diário da Fundação, tais como materiais de escritório, higiene e limpeza, copa e cozinha, didáticos, entre outros.

(b) Referem-se a gastos com aluguéis que estão fora do escopo do IFRS 16 - arrendamentos: despesas com aluguéis de imóveis R\$16; despesas com móveis e utensílios R\$51 e despesas com máquinas e equipamentos R\$1.780.

**26. Despesas com serviços de terceiros**

	2020	2019
Segurança e limpeza	(15.731)	(17.696)
Serviços de assessoria e consultoria jurídica e administrativa	(5.306)	(6.963)
Publicidade e propaganda	(2.777)	(2.774)
Manutenção e reparos	(5.218)	(5.551)
Serviços administrativos	(1.185)	(1.101)
Autônomos contratados e estagiários	(527)	(817)
Outras despesas com serviços	(1.370)	(2.007)
Total	<b>(32.114)</b>	<b>(36.909)</b>

**27. Outras receitas e outras despesas**

	2020	2019
<b>Outras receitas:</b>		
Reconhecimento de receita - compra vantajosa (prédios da UNIFAI)	-	32.550
Reconhecimento terreno da Fazenda Caiçanga	-	720
Desvalorização de ativo	296	23
Propriedade para investimento - Atualização de valor de mercado (nota 12)	3.803	486
Outras receitas operacionais	167	231
	<b>4.266</b>	<b>34.010</b>
<b>Outras despesas:</b>		
Inexigibilidade	(236)	(2.747)
Incorporação UNIFAI	-	(877)
Anistia de débito	(521)	(107)
Remensuração arrendamento	(408)	-
Outras despesas operacionais	(1.631)	(249)
	<b>(2.796)</b>	<b>(3.980)</b>

**28. Resultado financeiro**

	2020	2019
<b>Receitas financeiras:</b>		
Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas	6.396	5.485
Receitas com aplicações financeiras	2.404	3.825
Receitas financeiras de ensino e hospitalares	174	312
Outras receitas financeiras	320	998
	<b>9.294</b>	<b>10.620</b>
<b>Despesas financeiras:</b>		
Despesas com cobranças bancárias	(1.192)	(531)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.469)	(18.989)
Encargos sobre tributos e parcelamentos	(2.987)	(3.391)
Descontos concedidos sobre financiamentos de mensalidades	(18.311)	(14.180)
Despesa com arrendamento mercantil	(1.434)	(1.442)
Outras despesas bancárias	(930)	(2.818)
	<b>(39.323)</b>	<b>(41.351)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(30.029)</b>	<b>(30.731)</b>

**29. Instrumentos financeiros**

**Gerenciamento dos riscos financeiros**  
*Visão geral*  
 A Fundação possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez
- Risco de taxa de juros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, suas políticas e seus processos de mensuração, e o



**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)**

gerenciamento de riscos e de capital da Fundação. A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) **Risco de crédito**

É o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação, representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de alunos e hospital e bolsas restituíveis.

Exposição a risco de crédito:

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito nas datas de encerramento dos exercícios é:

	Nota Explicativa nº	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	90.458	98.570
Aplicações financeiras vinculadas	4	7.057	1.528
Outros ativos financeiros		-	848
Contas a receber de alunos	5	17.810	18.131
Contas a receber de hospital	5	15.691	21.143
Bolsas restituíveis/FIES - Circulante	6	3.489	4.350
Bolsas restituíveis/FIES - Não circulante	6	-	9
Total		134.505	144.579

• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - A política de gestão de risco corporativo determina que a Fundação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Fundação. A Fundação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazos, que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco. • Contas a receber de alunos, hospital e bolsas restituíveis - O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pela renovação das matrículas semestralmente, momento em que os débitos são quitados e/ou renegociados. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios, sendo a carteira pulverizada e formada principalmente por pessoas físicas. Em 31 de dezembro de 2020, a Fundação possuía provisão de R\$55.238 sobre as contas a receber de alunos (75,6% do total), R\$5.429 sobre os créditos hospitalares (25,7% do total) e R\$17.629 sobre as bolsas restituíveis (83,5%) para fazer face ao risco de crédito. b) **Risco de liquidez:** É o risco em que a Fundação encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

	2020					
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	208.788	32.664	36.891	56.048	83.185	-
Fornecedores	14.881	14.881	-	-	-	-
Total	223.669	47.545	36.891	56.048	83.185	-

c) **Risco de taxa de juros**

Nas datas de encerramento dos exercícios, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Fundação era:

Instrumentos de taxa variável	2020	2019
Ativos financeiros:		
Aplicações financeiras	90.458	98.570
Aplicações financeiras vinculadas	7.057	1.528
Outros ativos financeiros	-	848
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos	(208.788)	(225.846)
Total	(111.273)	(124.850)

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI

A Fundação mantém parcela substancial das suas disponibilidades em determinadas operações indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2020, a Fundação apresentava uma dívida líquida de R\$111.273. A expectativa de mercado, conforme dados retirados do Banco Central do Brasil (Bacen), com data-base de 31 de dezembro de 2020, indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 2,55%, cenário provável para o ano de 2021, mediante a taxa efetiva de 2,78% verificada no ano de 2020.

	Cenário I - Cenário II - Cenário Deterioração Deterioração provável de 25% de 50%
Taxa efetiva anual do CDI de 2020	2,78% 2,78% 2,78%
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2020	111.273 111.273 111.273
Taxa anual estimada do CDI	2,55% 3,19% 3,83%
Efeito no instrumento financeiro: Diminuição/aumento	(256) 453 1.163

d) **Estimativa do valor justo:** A Fundação divulga seus ativos e passivos ao valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo e estrutura de mensuração do valor justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e práticas e requerem determinadas divulgações sobre o valor justo. e) **Estimativa do valor justo:** e.1) Valor justo versus valor contábil: Devido à natureza dos saldos, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de instrumentos financeiros da Fundação estejam próximos aos seus valores contábeis. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros

**Em 31 de dezembro de 2020**

**Ativos financeiros não mensurados ao valor justo**

Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	90.458	-	-	90.458
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	7.057	-	-	7.057
Contas a receber de alunos e hospital	-	33.501	-	33.501
Bolsas restituíveis/FIES	-	3.489	-	3.489
Certificado de potencial construtivo a receber	-	5.695	-	5.695
Outros ativos	-	9.788	-	9.788
	97.515	52.473	-	149.988

**Passivos financeiros não mensurados ao valor justo**

Empréstimos e financiamentos	-	208.788	-	208.788
Fornecedores	-	14.881	-	14.881
Tributos parcelados	-	129.882	-	129.882
	-	353.551	-	353.551

	Valor contábil		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros

**Em 31 de dezembro de 2019**

**Ativos financeiros não mensurados ao valor justo**

Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	98.570	-	-	98.570
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	1.578	-	-	1.578
Outros ativos financeiros	848	-	-	848
Contas a receber de alunos e hospital	-	39.274	-	39.274
Bolsas restituíveis/FIES	-	4.359	-	4.359
Certificado de potencial construtivo a receber	-	7.695	-	7.695
Outros ativos	-	8.671	-	8.671
	100.996	59.999	-	160.995

**Passivos financeiros não mensurados ao valor justo**

Empréstimos e financiamentos	-	225.846	-	225.846
Fornecedores	-	14.644	-	14.644
Tributos parcelados	-	134.921	-	134.921
	-	375.411	-	375.411

e.2) Hierarquia do valor justo

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores esteja próximo aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Fundação utiliza vários métodos, incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo. Com base nessas abordagens, a Fundação presume o valor que participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo hipóteses acerca de riscos ou riscos inerentes às entradas (inputs) usadas nas técnicas de avaliação. Essas entradas podem ser facilmente observáveis, confirmadas pelo mercado, ou não observáveis. A Fundação utiliza técnicas que maximizam o uso de entradas observáveis e minimiza o uso das não observáveis, e essas entradas para mensurar o valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia. Os ativos e passivos financeiros registrados ao valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração. • Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo. • Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem, ou cujos preços ou cujas técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível, a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Fundação são todos classificados no nível 2.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

**30. Cobertura de seguros**

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que cubram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por valores de risco declarados de R\$334.750 para cobertura dos edifícios, R\$155.421 para conteúdo (máquinas, equipamentos, móveis, utensílios e instalações, entre outros) e R\$103.100 relativos aos limites máximos de garantia para cobertura básica de incêndio, raio e explosão.

**31. Gratuidade por meio de bolsas de estudo e projetos**

Uma das principais exigências para manutenção do CEBAS, principal requisito para fruição da imunidade às contribuições para a seguridade social pela Fundação, é o cumprimento do percentual de gratuidade previsto na Lei nº 12.101/2009.

Destaca-se que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a lei previa a aplicação de, pelo menos, 15% de sua receita educacional efetivamente recebida em bolsas de estudo, sendo complementados por atividades de assistência social. A partir do ano de 2016, a legislação passou a prever a necessidade de concessão de uma bolsa integral para cada cinco alunos pagantes, e, para fins da certificação a que se refere a lei, o aluno a ser beneficiado será pré-selecionado pelo perfil socioeconômico: a bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário mínimo e a bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos. Nos termos da redação original do artigo 13 da Lei nº 12.101/2009, a Fundação deve aplicar anualmente em gratuidade, na forma do seu parágrafo primeiro, pelo menos 20% (vinte por cento) da receita anual efetivamente recebida com mensalidades, nos termos da Lei nº 9.870/1999. Apesar da publicação da Lei nº 12.868/2013, substituindo o critério do percentual de gratuidade pela proporção de bolsas de estudo concedidas, os requerimentos de concessão ou renovação do CEBAS, protocolados até 31 de dezembro de 2015, poderiam ser avaliados de acordo com o critério original, previsto no artigo 16 da Lei nº 12.868/2013. Visando a cumprir a gratuidade exigida pela Lei nº 12.101/2009, no ano de 2020, a Fundação aplicou em gratuidade percentuais superiores a 20% (um bolsista para cinco pagantes), conforme evidenciado no quadro 1.

• Quadro 1 - Relação de alunos pagantes versus alunos bolsistas "filantrópicos", de acordo com os critérios definidos na Lei nº 12.101/2009, alterada pela Lei nº 12.868/2013:

	<u>Junho/2020</u>	<u>Dezembro/2020</u>
<b>Ano-base de 2020</b>		
Número de alunos matriculados	11.778	11.148
<b>Número de alunos pagantes</b>	8.209	8.475
Número de alunos bolsistas PROUNI 50%	23	19
Número de alunos bolsistas PROUNI 100%	1.412	1.365
Número de alunos bolsistas FUNDASP 50%	33	37
Número de alunos bolsistas FUNDASP 100%	323	436
Bolsas integrais "100%" concedidas	1.735	1.801
Bolsas concedidas 50% "equivalente a 100%"	28	28
Total de alunos bolsistas "filantrópicos"	1.763	1.829
<b>Relação com alunos pagantes</b>	21,48%	21,58%

Em dezembro de 2020, a instituição ofertou uma bolsa de estudos de 100% para cada 4,6 alunos pagantes.

• Quadro 2 - Relação de alunos pagantes versus alunos bolsistas "filantrópicos", de acordo com os critérios definidos na Lei nº 12.101/2009, alterada pela Lei nº 12.868/2013:

	<u>Junho/2019</u>	<u>Dezembro/2019</u>
<b>Ano-base de 2019</b>		
Número de alunos matriculados	12.512	11.751
<b>Número de alunos pagantes</b>	9.787	9.249
Número de alunos bolsistas PROUNI 50%	23	23
Número de alunos bolsistas PROUNI 100%	1.683	1.562
Número de alunos bolsistas FUNDASP 50%	67	45
Número de alunos bolsistas FUNDASP 100%	424	458
Bolsas integrais "100%" concedidas	2.107	2.020
Bolsas concedidas 50% "equivalente a 100%"	45	32
Total de alunos bolsistas "filantrópicos"	2.152	2.052
<b>Relação com alunos pagantes</b>	21,99%	22,19%

Segue quadro contendo o cálculo do valor efetivamente recebido:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
• Quadro 3 - Demonstrativo do valor efetivamente recebido		
Saldo inicial de valores a receber (alunos) - Curto prazo	17.687	14.157
Saldo inicial de valores a receber (alunos) - Longo prazo	444	1.449
Receitas de mensalidades - Graduação	406.808	404.011
Receitas de mensalidades - Pós-graduação	122.123	121.714
Receitas de mensalidades - Dercid	3.127	2.991
Receitas de mensalidades - Educação continuada	34.181	40.262
Bolsas de estudos concedidas	(128.413)	(135.816)
Descontos por pagamento antecipado das mensalidades de graduação	(15.420)	(12.022)
Abatimentos sobre mensalidades	(2.042)	(1.479)
Saldo final de valores a receber (alunos) - Curto prazo	16.740	17.687
Saldo final de valores a receber (alunos) - Longo prazo	1.070	444
<b>Valor efetivamente recebido</b>	<b>420.685</b>	<b>417.136</b>

Com relação ao valor equivalente à cota patronal isenta, a mesma esta demonstrada no quadro abaixo:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
• Quadro 4 - Isenção usufruída		
<b>Valor total da isenção usufruída</b>	<b>76.625</b>	<b>79.237</b>
Cota patronal	60.393	62.451
SAT - seguro acidente de trabalho	2.951	3.052
Terceiros	13.281	13.734
COFINS - contribuição para o financiamento da seguridade social	-	-
CSLL - contribuição social sobre o lucro líquido	-	-

Destacamos que a Fundação manteve suas atividades na área de assistência social durante o exercício de 2020, apesar de a atual legislação não mais prever a possibilidade de sua utilização para a complementação do cálculo dos 20%. Desta forma, a Fundação continua adotando todas as medidas necessárias para o cumprimento da proporção de bolsas de estudos concedidas aos seus alunos. No que tange às atividades de saúde desempenhadas no HSL, mantido pela Fundação e em se tratando do regramento que envolve o CEBAS, os atendimentos são feitos no âmbito do Sistema Único de Saúde, garantindo-se cumprimento de, no mínimo, 60% dos serviços SUS. Em 2020 temos a informar que, com base nos atendimentos/procedimentos ambulatoriais e internações registrados nos sistemas de informação base do Ministério da Saúde, garantimos o cumprimento de 93,50% de serviços SUS prestados, sendo 82% correspondentes à produção hospitalar, 92,42% à produção ambulatorial (pontuando 10%) e 1,5% referente à ação prioritária definida pelo Ministério da Saúde (atenção obstétrica e neonatal), conforme previsto na Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 e na Portaria do Ministério da Saúde nº 834/2016. Os valores mencionados fazem parte das demonstrações de resultados e têm sua apuração pelo método de apropriação por centro de custo e registro de receitas. A Fundação obteve no ano de 2020 o deferimento de dois processos que estavam sob análise da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES do Ministério da Educação, cujos Certificados (CEBAS), de 2013 a 2018, foram publicados no DOU de 12/11/2020, por meio das Portarias nº 450 e 451. Além disso, a Fundação possui certidão da SERES/MEC, atestando que possui o CEBAS ativo e válido até a conclusão de análise do processo 2300.040637/2018-71, o qual encontra-se em análise.

**32. Conciliação do fluxo de caixa**

A Fundação apresenta em suas demonstrações financeiras o fluxo de caixa pelo método direto. Em linha com o CPC 3 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa, abaixo demonstramos a conciliação entre o superávit do exercício e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Superávit do exercício</b>	<b>17.876</b>	<b>30.739</b>
Depreciação e amortização	11.557	12.052
Provisão para créditos liquidação duvidosa	9.418	(1.192)
Provisão para contingências	1.521	6.364
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos	14.469	18.989
Juros recebidos	(2.898)	(5.135)
Resultado na venda de ativos imobilizados	(65)	(61)
<b>Superávit do exercício ajustado</b>	<b>51.878</b>	<b>61.756</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber de alunos e hospital	6.399	(3.763)
Estoques	(985)	65
Outros créditos	(18.649)	(29.215)
	(13.235)	(32.913)
Fornecedores	237	2.626
Tributos a recolher e parcelados	(5.039)	(4.770)
Outras contas a pagar	(22.629)	(12.073)
	(27.431)	(14.217)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>11.212</b>	<b>14.626</b>

Secretaria Executiva

José Rodolpho Perazzolo  
Secretário-executivo da Fundação São Paulo  
João Júlio Farias Júnior  
Secretário-executivo da Fundação São Paulo

Contabilidade e Controladoria

Edivaldo Batista da Silva  
Contador - CRC-15P212622/O-2  
José Olímpio Cardoso Neto  
Controller - CRC-15P181828/O-5



**FUNDAÇÃO SÃO PAULO**  
Mantenedora da  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
e Mantenedora do  
Centro Universitário Assunção  
CNPJ nº 60.990.751/0001-24

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS

2020



## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Conselheiros e Secretários executivos

**Fundação São Paulo**

São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação São Paulo ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação São Paulo em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase - reapresentação das demonstrações financeiras dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3.q, em decorrência da retificação de erro na mensuração e do registro dos direitos sobre Certificados de Potencial Adicional de Construção ("CEPAC") reconhecidos no exercício de 2018, os valores correspondentes referentes aos exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Adicionalmente, o exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes a correção de erros descritos na nota 3.q, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 15 de abril de 2019. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2020, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3.q que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Fundação referentes ao exercício de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2018 tomadas em conjunto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a

administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.:

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de junho de 2021



**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

**Wallace Weberling Pereira**  
Contador - CRC-1SP230870/O-9



**BALANÇO SOCIAL**  
 São Paulo e Sorocaba

**1 - Identificação**

<b>Nome da instituição:</b> FUNDAÇÃO SÃO PAULO Mantenedora da PUC-SP e Centro Universitário Assunção	<b>Possui registro no:</b> <input checked="" type="checkbox"/> CNAS <input checked="" type="checkbox"/> MEC <input checked="" type="checkbox"/> COMAS <input checked="" type="checkbox"/> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA <input checked="" type="checkbox"/> MINISTÉRIO PÚBLICO	<b>Isenta da cota patronal do INSS?</b> <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>Natureza jurídica:</b> <input type="checkbox"/> associação <input checked="" type="checkbox"/> fundação <input type="checkbox"/> sociedade <b>Sem fins lucrativos?</b> <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<b>De utilidade pública?</b> <input type="checkbox"/> não Se sim, <input checked="" type="checkbox"/> federal <input checked="" type="checkbox"/> estadual <input checked="" type="checkbox"/> municipal	<b>Qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior</b> <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)?</b> <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<b>Tipo/categoria:</b> Educação	

**2 - Origem dos recursos**

	2020	
	Valor (reais)	
Receitas Totais	R\$ 515.763.205,50	100%
a. Recursos governamentais (subvenções)	R\$ 2.882.353,79	0,56%
b. Doações de pessoas jurídicas	R\$ 287.381,79	0,06%
c. Doações de pessoas físicas	R\$ 23.592,00	0,00%
d. Contribuições	R\$ -	0,00%
e. Patrocínios	R\$ -	0,00%
f. Cooperação internacional	R\$ -	0,00%
g. Prestação de serviços e/ou venda de produtos	R\$ 490.825.416,42	95,16%
h. Outras receitas	R\$ 21.744.461,50	4,22%

**3 - Aplicação dos recursos**

	2020	
	Valor (reais)	
Despesas Totais	R\$ 497.887.193,15	100%
a. Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal) <b>valores no item 5</b>	R\$ -	0,00%
b. Pessoal (salários + benefícios + encargos)	R\$ 348.728.683,94	70,04%
c. Despesas diversas (somatório das despesas abaixo)	R\$ 149.158.509,21	29,96%
Operacionais	R\$ 110.083.848,08	22,11%
Impostos e taxas	R\$ 873.153,03	0,18%
Financeiras	R\$ 37.665.383,31	7,57%
Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância)	R\$ 536.124,79	0,11%

**4 - Indicadores sociais internos (Ações e benefícios para os(as) funcionários(as))**

	2020	
	Valor (reais)	% sobre receita
a. Alimentação	R\$ 354.458,75	0,07%
b. Educação	R\$ 14.756.482,86	2,86%
c. Capacitação e desenvolvimento profissional	R\$ 72.674,92	0,01%
d. Creche ou auxílio-creche	R\$ 2.302.263,19	0,45%
e. Saúde	R\$ 7.925.751,60	1,54%
f. Segurança e medicina no trabalho	R\$ 1.208.188,42	0,23%
g. Transporte	R\$ 608.797,65	0,12%
h. Estágios	R\$ 527.271,62	0,10%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>R\$ 27.755.889,01</b>	<b>5,38%</b>

**5 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade  
(Vide também item 10)**

	2019	
	Valor (reais)	% sobre receita
a. Projetos de integração e inclusão social	R\$ 17.424,08	0,00%
	Nº atendimentos: 260	
b. Assistência jurídica	R\$ 2.728.893,84	0,53%
	Nº atendimentos: 5.828	
c. Atendimento clínico a usuários (idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, pessoas em situação de violência e risco, luto) e suas famílias	R\$ 12.148.089,58	2,36%
	Nº atendimentos: 8.780	
d. Política de Permanência Universitária - Concessão de bolsa alimentação e bolsa cesta básica	R\$ 881.174,32	0,17%
	Nº atendimentos: 18.691	
e. Política de Permanência Universitária - Programa de empréstimo de computadores	R\$ 329.259,00	0,06%
	Nº atendimentos: 346	
f. Política de Permanência Universitária - Concessão de Pacote de dados para acesso à internet	R\$ 6.568,02	0,00%
	Nº atendimentos: 127	
<b>Valores totais</b>	<b>R\$ 16.111.408,84</b>	<b>3,12%</b>



**BALANÇO SOCIAL**  
 São Paulo e Sorocaba

<b>6 - Outros indicadores</b>	<b>2020</b>		<b>7 - Indicadores sobre o corpo funcional</b>	<b>2020</b>
Nº total de alunos(as)	19.327		Nº total de empregados(as) ao final do período	2.975
	Nº Alunos	Valores (reais)	Nº de admissões durante o período	136
<b>Bolsas Integrais</b>			Nº de prestadores(as) de serviço	571
Prouni	1.590	R\$ 48.468.711	% de empregados(as) acima de 45 anos	65%
Filantrópica FUNDASP	465	R\$ 11.929.673	Nº de mulheres que trabalham na instituição	1.672
Mérito Acadêmico	1	R\$ 14.356	% de cargos de chefia ocupados por mulheres	54%
Acordo Interno - Graduação	71	R\$ 9.276.994	Idade média das mulheres em cargos de chefia	57
Acordo Interno - Pós-Graduação	30	R\$ 4.922.069	Idade média dos homens em cargos de chefia	54
Acordo Interno - Educação Continuada	14	R\$ 470.631	Nº de negros(as) que trabalham na instituição	74
Ser PUC	3	R\$ 49.280	% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,5%
Bolsa Arq. Graduação	33	R\$ 277.345	Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia	54
Filantrópica FUNDASP (DERDIC)	84	R\$ 3.127.375	Nº de pardos(as) que trabalham na instituição	191
Bolsa Convenção Coletiva - Graduação	1	R\$ 23.969	% de cargos de chefia ocupados por pardos(as)	6,5%
<b>Nº de alunos(as) com bolsas integrais</b>	2.292		Idade média dos(as) pardos(as) em cargos de chefia	49
<b>Valor total das bolsas integrais</b>	R\$78.560.403		Nº de amarelos(as) que trabalham na instituição	28
	Nº Alunos	Valores	% de cargos de chefia ocupados por amarelos(as)	0,3%
<b>Bolsas Parciais</b>			Idade média dos(as) amarelos(as) em cargos de chefia	40
Filantrópica FUNDASP	54	R\$ 431.531	Nº de brancos(as) que trabalham na instituição	2.676
Mérito Acadêmico	1	R\$ 17.127	Nº de indígenas que trabalham na instituição	3
Bolsa Arq. Graduação	24	R\$ 377.971	Nº de estagiários(as)	69
Bolsa Arq. Pós-Graduação	2	R\$ 89.128	Nº de pessoas com deficiência	154
Bolsa Arq. Educação Continuada	1	R\$ 10.463	<b>8 - Qualificação do corpo funcional</b>	<b>2020</b>
CAPES	1.241	R\$ 27.226.086	<b>Nº total de docentes</b>	<b>1.368</b>
CNPq	460	R\$ 14.285.842	Nº de livre-docentes(as)	80
Bolsa Monitoria	382	R\$ 210.000	Nº de doutores(as)	897
Prouni	23	R\$ 87.057	Nº de mestres(as)	309
<b>Nº de alunos(as) com bolsas parciais</b>	2.188		Nº de especializados(as)	62
<b>Valor total das bolsas parciais</b>	R\$ 42.735.204		Nº de graduados(as)	20
	Nº Alunos	Valores	<b>Nº total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo</b>	<b>1.563</b>
Nº de alunos(as) com bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa	201		Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)	246
Valor total das bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa		R\$ 866.520	Nº de graduados(as)	505
Nº de alunos(as) com Financiamento Estudantil - FIES	495		Nº de pessoas com ensino médio	694
Valor do Financiamento Estudantil - FIES		R\$ 12.572.787	Nº de pessoas com ensino fundamental	46
			Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto	72
			<b>Nº total de funcionários(as) no corpo docente DERCIC</b>	<b>44</b>
			Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)	17
			Nº de graduados(as)	27



**BALANÇO SOCIAL**  
 São Paulo e Sorocaba

**9 - Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social**

	2020		2020
O processo de admissão de empregados(as) é:	<input type="checkbox"/> % por indicação <input checked="" type="checkbox"/> por seleção/concurso	Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos
A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	A participação de empregados(as) no planejamento da instituição:	<input type="checkbox"/> não ocorre <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis - partic. dos empregados nos órgãos colegiados
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input checked="" type="checkbox"/> negros <input checked="" type="checkbox"/> gênero <input checked="" type="checkbox"/> opção sexual <input checked="" type="checkbox"/> pessoas portadoras de necessidades especiais <input checked="" type="checkbox"/> Código de Ética - Seção II - Artigo 3º - Item a	A instituição possui Comissão/Conselho de Ética para o acompanhamento de:	<input checked="" type="checkbox"/> todas ações/atividades <input type="checkbox"/> ensino e pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> experimentação animal/viviseção <input type="checkbox"/> não tem

**10 - Outras Informações (HSL)**

A Instituição realiza, ainda, atendimento médico-hospitalar no Hospital Santa Lucinda, sendo que dos 46.638 atendimentos, 33.865 são gratuitos, por intermédio do Sistema Único de Saúde.



**Fundação São Paulo**

Edifício Franco Montoro  
Rua João Ramalho, 182  
Perdizes - CEP: 05008-000  
São Paulo - SP  
(11) 3670-3333

[fundacaosaopaulo@pucsp.br](mailto:fundacaosaopaulo@pucsp.br)



As Demonstrações Financeiras da Fundação São Paulo foram aprovadas pelo Conselho Superior em 28 de junho de 2021.